

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

XVIIº Exercício



Exercício 2021
RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Envolvente socioeconómica	5
3. Acontecimentos relevantes.....	6
4. Evolução do negócio	9
4.1 Produção de água dessalinizada.....	9
4.2 Balanço salino	11
4.3 Fornecimento de água dessalinizada para Distribuição...	12
5. Consumo de energia eléctrica.....	14
6. Dados económico-financeiros.....	17
6.1 Actividade comercial	17
6.2 Evolução do balanço	20
6.3 Conta de resultados	21
6.4 Proposta de aplicação de resultados	23
6.5 Créditos subscritos	23
6.6 Contributo fiscal	24
6.7 Seguros contratados	25
6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração.....	25
7. Recursos humanos	25
8. Dados da sociedade.....	26
8.1 Estrutura accionista.....	26
8.2 Órgãos sociais.....	26
9. Projectos complementares.....	27
10. Evolução previsível da sociedade	27
11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício.....	29
Anexo 1. Balanço Analítico	32
Anexo 2. Demonstrações Financeiras.....	34
Anexo 3. Parecer do Auditor.....	40

1. Introdução

Em 2021, a sociedade ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A. completou o seu 17.º Exercício Económico e o 14º em actividade comercial, no decorrer dos quais, a água dessalinizada consolidou-se com um recurso hídrico no Município do Porto Novo.

A APN foi constituída em 1 de Julho de 2005 pelo Estado de Cabo Verde, pela Câmara Municipal do Porto Novo e pela empresa privada Águas de Ponta Preta Lda, na sequência de um Protocolo de Acordo de Intenção assinado no dia 28 de Novembro de 2004 com o objectivo de resolver o histórico défice quantitativo e qualitativo no abastecimento de água potável à então Vila do Porto Novo.

Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial Notarial de Porto Novo sob o número 251873846/120050701 e desenvolve a sua actividade com o NIF 251873846. O seu nº de inscrição no Cadastro Industrial é o 483/PNSA/2005.

A APN realiza a sua actividade mediante uma concessão estatal, em regime BOT (Built, Operate & Transfer) por um período de trinta anos a contar de 2008 (BO III SÉRIE Nº7, 15 de Fevereiro 2008), autorizada pelo Governo de Cabo Verde no Decreto-Lei nº9/2005, de 31 de Janeiro e por uma licença de produtor independente de água dessalinizada (MECC-Despacho nº6/2005) e por uma licença de uso de recursos hídricos (ANAS, nº01/2018). A empresa dispõe ainda, de uma licença de auto-produção de energia eléctrica (MECC-Despacho nº8/2005).

A APN é membro associado da Câmara de Comércio do Norte de Cabo Verde desde 2014 e dispõe das certificações de controlo de qualidade HACCP e ISO9001:2015. A conjugação destes dois sistemas de qualidade, internacionalmente fixados, a HACCP e ISO 9001 na APN, confere e garante ao consumidor Portonovense uma segurança no consumo sem restrições da água potável e a fiabilidade e transparência na gestão

Também desde 2015, a APN integra a plataforma SIRAS (Sistema Regulatório de Monitorização dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento em Cabo Verde), que monitoriza os indicadores de gestão dos operadores do sector, que são publicados nos Relatórios Anuais dos Serviços de Água e Saneamento (RASAS-CV).

Decorridos quinze anos de desenvolvimento desta Parceria Público-Privada, foi construída, explorada e gerida uma instalação dessalinizadora de água do mar (IDAM) com capacidade de produção de 1.000 m³/dia, cuja infra-estrutura periférica inclui um sistema de captação de água do mar, um parque de tanques de armazenagem de 2.000 m³ de capacidade, uma estação elevatória à rede pública, uma derivação para carga de camiões auto-tanque e uma central eléctrica autónoma de 400 kW de potência.

Desde a inauguração da IDAM, a 3 de Dezembro de 2007, a Empresa já abasteceu um volume de 3,24 Hectómetros cúbicos de água potável, com continuidade de 99%, a população da Ilha. Foram alcançadas várias metas e objetivos que transformaram a Cidade de Porto Novo, num dos núcleos urbanos com maior disponibilidade e acesso a água potável de qualidade.

Durante este período, a cidade conseguiu alcançar as metas dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) no que diz respeito a disponibilidade, quantidade e qualidade. De igual modo, esta infra-estrutura assegurou aos Portonovenses o direito à água nos termos definidos pelo quadro jurídico internacional e pelo Código da Água e Saneamento - CAS (Decreto-Legislativo nº3/2015, de 19 de Outubro), contribuindo

para a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública e para a dinamização económica da cidade.

Num exercício excepcional, a Instalação Dessalinizadora de Água do Mar (IDAM) completou em 2021 catorze anos de atividade, logrando fornecer à cidade do Porto Novo um volume recorde de 0,345 Hm³ de água potável, o que representa um aumento de 12% em relação a 2020.

A Água dessalinizada tem-se consolidado como recurso hídrico flexível no atendimento da procura, continuidade no abastecimento e qualidade alimentar. O volume de água fornecida em autotanques, 16.898 m³, além de recorde, representou 5% da procura e foi distribuído nas recentes zonas de expansão da área urbana e nas diversas localidades do interior do Município.

O ano 2021 continuou completamente afectado pela pandemia COVID-19, declarada no dia 11 de Março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O Governo de Cabo Verde, agiu com determinação e no mês de Março iniciou a campanha de vacinação cuja adesão a nível nacional tem sido um referente a nível do continente africano com mais de 50% da população imunizada.

A pandemia COVID-19 paralisou a actividade turística e chegou a isolar por via marítima a Ilha de Santo Antão no mês de Abril de 2020, durante o período de confinamento decretado pelo, mas a partir de segundo semestre iniciou a retoma do sector turístico e o ano 2021 terminou com fundadas expectativas de normalização. A pesar de que o ano pluviométrico regressou a valores de seca, a IDAM do Porto Novo garantiu as condições higiénicas da população para prevenção dos contágios por coronavirus e permitiu a continuação de uma série de actividades económicas. Sendo que o abastecimento de água não registou qualquer descontinuidade diária e este serviço básico manteve-se ao alcance de toda a população para garantir as necessidades habituais e, para além disso, garantindo os consumos destinados à higienização para prevenção dos contágios por coronavirus.

O caudal médio de abastecimento elevou-se até 946 m³/dia, o maior de sempre, pelo que o preço de produção médio da água dessalinizada diminuiu 8% interanual, até 158 ECV/m³, 87 escudos abaixo da menor tarifa de distribuição. Paralelamente, o caudal médio registado ultrapassou em 58% o volume “take or pay” de 600 m³/dia estabelecido no contrato de compra-venda de água, celebrado em 2008 com a Câmara Municipal do Porto Novo.

Como aspetos negativos, é de por de manifesto a questão do estado da rede de distribuição, cujo rendimento já se encontra abaixo de 50% à espera do início da implementação do Projecto de Água e Saneamento da Ilha de Santo Antão, que com o co-financiamento do Governo de Cabo Verde e do BADEA, permitirá renovar esta infra-estrutura entre outros objectivos. Para compensar o aumento das perdas técnicas na rede de distribuição, foi preciso elevar o factor de carga da IDAM até 95%, com uma média diária de produção de 951 m³/dia.

A IDAM do Porto Novo reforçou o nexos água-energia integrando as energias renováveis no objectivo de reduzir os custos de produção de água dessalinizada. Após atrasos nas obras, finalmente foi possível arrancar os investimentos realizados em 2020 e entraram em funcionamento o posto de transformação de 250 KVA e a central solar fotovoltaica de 55 kWp.

2. Envolvente socioeconómica

A economia de Cabo Verde continuou em recessão severa em 2021, apesar da tímida e progressiva recuperação no decorrer do segundo semestre graças ao turismo.

A ilha de Santo Antão, que possui o maior número de estabelecimentos turísticos, com 75 unidades com capacidade para 1.450 camas, recebeu menos de 5.000 turistas quando em 2019 tinha alcançado praticamente 30.000. Por conseguinte, a crise sanitária interrompeu o processo de consolidação da Ilha como referência no turismo rural.

A Ilha de Santo Antão, terminou o ano com 2.569 casos de contágio por SARS-Cov2 acumulados e 13 óbitos atribuíveis a essa doença. O concelho mais afectado foi o de Porto Novo, com 1.241 contagios e 8 óbitos.

A actividade agrícola não conseguiu consolidar a tímida recuperação registada em 2020 porque as chuvas foram exíguas, na linha do triénio de seca 2017-2020.

Se bem que o desenvolvimento económico se viu interrompido pela pandemia, a cidade do Porto Novo continuou o seu caminho com vista a converter-se no polo socioeconómico da Ilha de Santo Antão, graças a sua localização geoestratégica e à actividade do porto, que em breve iniciará a segunda fase da ampliação, graças à qual poderão vir a atracar navios de maior porte, nomeadamente cruzeiros. Também receberá, no decorrer da terceira década do século, um dos investimentos mais esperados: o aeroporto internacional. A fase de recolha de dados nas estações de medição instaladas em 2016 continua e em breve serão conhecidos novos detalhes desta infra-estrutura, nomeadamente a orientação, que se situará em Ponto do Morro Preto, nas imediações de Casa do Meio com pista de 2.000 metros.

Diversas obras estruturantes foram concluídas em 2021, destacando-se a estrada de acesso a Tarrafal de Monte Trigo, uma das localidades com mais potencial turístico, piscatório e agrícola do município do Porto Novo, bem como diversas infra-estruturas hidro-energéticas em outros pontos da Ilha.

No âmbito exclusivamente da água, também a pandemia COVID-19 continuou a atrasar a implementação o Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na Ilha de Santo Antão, através do qual o Governo e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA) providenciarão um pacote de 12 milhões de dólares americanos para a melhoria e extensão das redes de distribuição de água em todos os concelhos e a gestão do sistema de águas residuais da cidade do Porto Novo, com a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais e a ampliação da rede de esgotos. No entanto, em 2021 avançou-se em pequenos aspectos e foram convocados um concurso para construção da sede da futura empresa intermunicipal Águas de Santo Antão S.A. na Vila das Pombas (Paul) e um outro para aquisição de contadores de água.

Em paralelo, também avançou, apesar de muito lentamente, o processo de constituição da empresa intermunicipal Águas de Santo Antão S.A., com a qual se perspectiva uma gestão mais profissional e com maior capacidade de produção de água para consumo a um preço justo, que todos os santantonenses possam pagar. A sede deverá situar-se na Vila das Pombas, no município de Paul.

As instituições de tutela internacional têm apoiado muito para tentar lançar a economia de Santo Antão e uma das últimas iniciativas diz respeito à outorga de um selo de origem para produtos como o grogue, o queijo e o café. De igual modo, a capacitação

dos pescadores para a economia azul também tem sido um importante factor de desenvolvimento.

O município do Porto Novo apresenta um censo de 17 mil habitantes, mantendo-se praticamente estável nos últimos 20 anos. Regista-se uma idade média de 32 anos, uma taxa de ocupação da população activa de 36,5% e uma taxa de desemprego de 10,2%. O acesso à água potável canalizada ultrapassa os 80% dos munícipes e 78% dispõe de casa de banho.

Em termos de electricidade, a taxa de cobertura da rede eléctrica continuou a aumentar e já supera os 95%. Incluindo os sistemas eléctricos autónomos 100% renováveis de Monte Trigo, Planalto Norte, Faial, Ribeira Alta e Figueiras, a taxa de penetração das energias renováveis foi de 10% na Ilha em 2021.

3. Acontecimentos relevantes

FEVEREIRO

➤ No dia 12 de Fevereiro foram inaugurados o Posto de Transformação de 250 KVA e a Central Solar Fotovoltaica de 55 kWp da IDAM do Porto Novo. A cerimónia foi presidida pelo Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Eng^o Alexandre Monteiro e pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, Dr. Aníbal Fonseca. Com este investimento de 17 MECV, a APN incorporou duas infra-estruturas energéticas para melhorar a eficiência energética da IDAM do Porto Novo e facilitar o acesso à água graças a um menor preço de produção.

➤ Também no dia 12 de Fevereiro, foi apresentado o projecto PVSA. Trata-se de uma parceria ELECTRA-Águas de Ponta Preta, para a implementação de uma Central Solar Fotovoltaica de 719 kWp com armazenagem mediante uma bateria de 669 kWh/334 kW, que tem como principal objectivo, abastecer com energias renováveis, a totalidade do consumo eléctrico da IDAM do Porto Novo.

MARÇO

➤ No dia 22 de Março comemorou-se o Dia Mundial da Água 2021 com o lema “valorizando a água”, pois não há nenhum aspecto do desenvolvimento sustentável que não dependa da água. Com o apelo para um firme compromisso para valoriza-a, de modo a que todos tenhamos acesso equitativo a este precioso recurso, a Agência Nacional da Água e Saneamento (ANAS) e a Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME) organizaram encontros em formato “Webinar” com interessantes intervenções dirigidas sensibilizar para o melhor conhecimento dos recursos hídricos disponíveis no arquipélago e da sua regulamentação a nível comercial.

➤ No dia 18 de Março, um ano após a detecção do primeiro contágio no país, chegaram a Cabo Verde os primeiros lotes de vacina para o vírus SARS-CoV-2 que originou a pandemia COVID-19 e de seguida iniciou o Plano Nacional de Introdução e Vacinação (Resolução do Conselho de Ministros nº18/2021) como medida prioritária para proteger a população e recuperar a economia.

ABRIL

› No dia 30 de Abril foi realizada, simultaneamente de forma presencial e por plataforma digital, a sessão da Assembleia Geral Ordinária 2021 com o 100% do capital social representado. Foram aprovadas as contas do exercício 2020, o XVIº da sociedade, que apresentam um balanço de 271.845 contos e um total de capital próprio de 23.500 contos. Após dois anos consecutivos de prejuízos, o resultado retornou a positivo, no valor de 2.908 contos e a situação patrimonial da sociedade recuperou-se, situando-se acima do 50% do capital social.

MAIO

› No dia 11 de Maio foi fornecido um volume recorde de 1.350 m³ de água potável à rede de distribuição.

JUNHO

› Em Junho, o caudal médio diário atingiu um record histórico, uma vez que se elevou até 1.004 m³/dia. Por primeira vez, este parâmetro superou os 1.000 m³/dia.

› Nos dias 8 e 14 de Junho respectivamente, entraram efectivamente em funcionamento o Posto de Transformação 10.000/400 V de 250 KVA e a Central Solar Fotovoltaica de 55 kWp, que permitiram reduzir os custos de produção adquirindo electricidade na tarifa Media Tensão e autoproduzindo uma parte do consumo com energias renováveis. Estes investimentos, construídos em 2020, foram co-financiados com suporte do projecto GEF-UNIDO “Acesso à Energia Sustentável para Gestão de Recursos Hídricos: Nexo Energia-Água” promovido pelo Governo de Cabo Verde.

OUTUBRO

› No dia 28 de Outubro, a Câmara Municipal do Porto Novo e a ANAS anunciaram o início das obras do Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na Ilha de Santo Antão para o segundo trimestre de 2022, após a conclusão da fase de estudos técnicos e iminente lançamento dos concursos para execução das obras. Este projecto foi lançado em Setembro de 2019 mas a pandemia COVID-19 tem provocado atrasos no seu desenvolvimento. Com o financiamento do Estado de Cabo Verde e do Banco Árabe para o Desenvolvimento em África (BADEA), serão destinados 12 milhões de dólares para substituir e alargar a rede de distribuição de água do Porto Novo, bem como a rede de esgotos e a construção de uma ETAR de 400 m³/dia de capacidade de tratamento.

NOVEMBRO

› A APN conseguiu renovar os certificados de qualidade HACCP (Codex Alimentarius) e ISO9001:2015, após auditoria da APCER.

› No dia 26 de Novembro, foi dada entrada na Direcção Nacional do Ambiente a documentação para o processo de avaliação do impacte ambiental do projecto da Central Solar Fotovoltaica com Armazenamento 729 kWp/669 kWh para a IDAM de Porto Novo, que tem por objectivo garantir que todo o consumo de energia eléctrica para a produção de água dessalinizada seja de origem 100% renovável.

DEZEMBRO

➤ No dia 3 de Dezembro, a IDAM do Porto Novo cumpriu o XIVº aniversário desde a sua inauguração, com 3,35 milhões de m³ de água dessalinizada fornecidos à rede pública e a outras localidades do Município, comprovando a importância deste recurso hídrico não convencional.

➤ A ANAS publicou o anúncio do concurso público da empreitada para a construção do edifício da empresa intermunicipal Águas de Santo Antão, o que confirma o avanço do Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão, cuja maior parte de investimentos serão destinados a novas infra-estruturas na cidade do Porto Novo.

Em 2021, o Conselho de Administração reuniu-se por três ocasiões. A primeira no dia 13 de Março, a segunda no dia 8 de Abril e a terceira no dia 3 de Junho.

4. Evolução do negócio

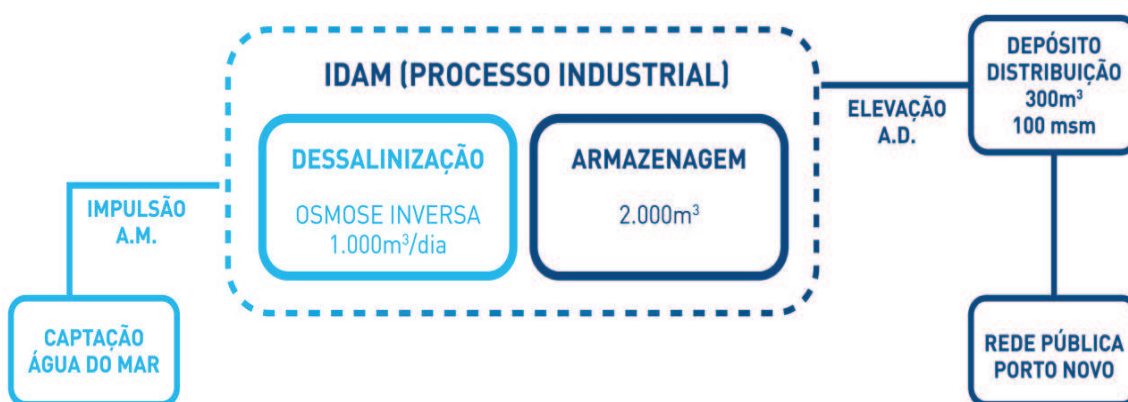
4.1 Produção de água dessalinizada

A ÁGUAS DE PORTO NOVO S.A. opera uma IDAM com capacidade de produção de 1.000 m³/dia de água dessalinizada sob o regime de Produtor Independente mediante a licença lavrada pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade através do Despacho nº06/2005.

unidade	sistema	Membrana	sist. poupança energia	capacidade (m ³ /dia)	horas acum.
RO1	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	74.608
RO2	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	79.004

Tabela 4.1.1 Capacidade instalada

À produção de água são aplicados controlos diários em cumprimento da normativa de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que tem como referencia a norma Codex Alimentarios CAC/RCP 1.0, para a qual a APN está certificada.



Os processos de captação de água do mar, elevação à IDAM, alimentação às unidades dessalinizadoras, dessalinização por osmose inversa, post-tratamento, armazenagem e elevação à rede pública são monitorizados por sistema de telecontrolo personalizado mediante o programa informático SCADA.

A operação técnica da IDAM no ano 2020 decorreu de forma excepcional, tendo sido aplicados os procedimentos de operação e manutenção segundo as especificações da normativa de controlo de qualidade ISO9001:2015 de modo limitado, pois a instalação foi excessivamente forçada com um factor de carga elevado para dar resposta ao aumento de consumo devido ao progressivo crescimento das perdas técnicas na rede de distribuição.

Os poços de captação de água do mar, elementos fundamentais no processo de dessalinização, mantiveram o seu habitual nível ótimo de desempenho, oferecendo garantia de caudal e qualidade.

unidade	horas/ano	nº paragens	disponibilidade	produção (m ³)
RO1	8.432	41	96%	173.072
RO2	8.541	38	98%	173.932

Tabela 4.1.2 Disponibilidade das unidades de osmose inversa

O volume produzido no ano 2020 ascendeu a 347.004 m³, representando um significativo crescimento de 12% face ao ano anterior. Trata-se de um recorde de volume produzido nos catorze (14) anos de actividade da IDAM.

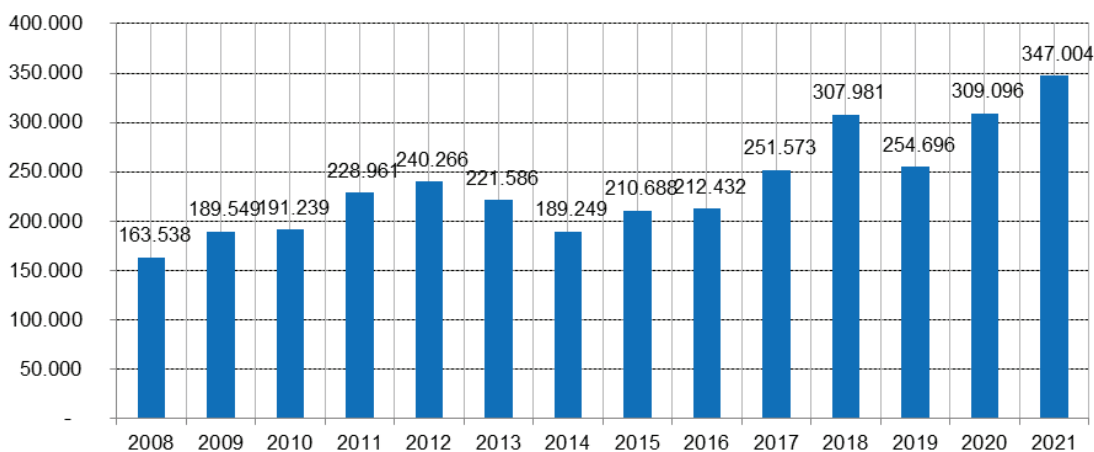


Gráfico 4.1.1 Evolução anual do volume de água dessalinizada produzido na IDAM (m³)

O caudal médio diário de produção foi de 951 m³/dia. Com este valor, a taxa de utilização da IDAM atingiu os 95%, superior à média histórica de 65%. Trata-se de um valor elevado que não permite margem de error nas ocorrências e que limita consideravelmente as intervenções, quer para manutenção, quer para eventuais avarias.

A capacidade dos depósitos de armazenamento de água dessalinizada (2 x 1.000 m³), correspondente a uma reserva de praticamente três (3) dias de consumo, permitiu fazer uma gestão eficiente da IDAM, minimizando incidentes de fornecimento em caso de eventuais dificuldades técnicas.

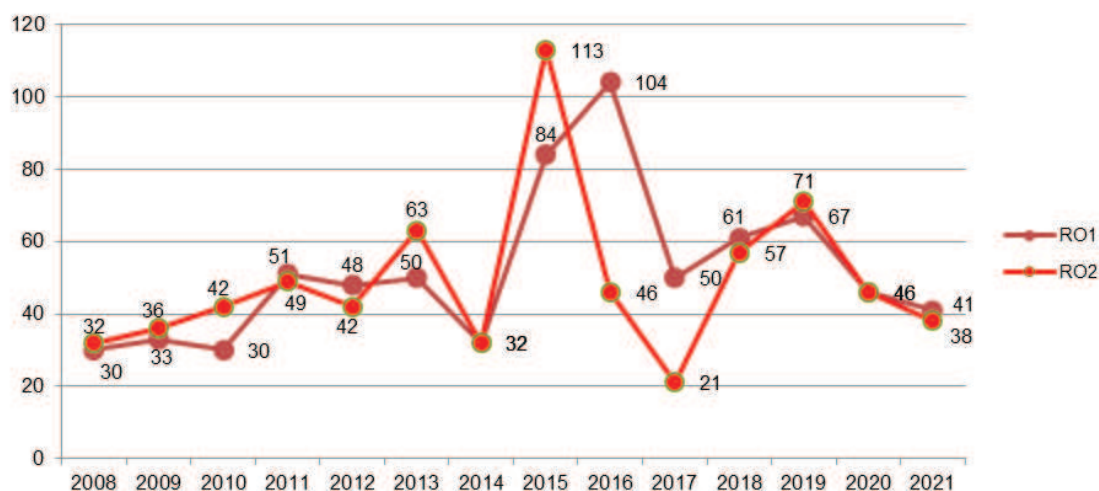


Gráfico 4.1.2 Evolução anual do nº de paragens por unidade dessalinizadora

Conseguiu-se um melhor desempenho no número de paragens de cada unidade. Foram registadas em média 6,6 paragens/mês, nível inferior comparativamente ao do ano 2020, no qual se tinham registado 7,7 paragens/mês.

4.2 Balanço salino

Apesar de que a persistente seca iniciada em 2017 foi dada por extinta em 2020, em 2021 a pluviometria voltou a ser exígua e insuficiente para as necessidades da agricultura alimentaria da ilha de Santo Antão. Mesmo assim, os valores de salinidade registados nos poços de captação de água do mar se mantiveram abaixo dos da água do mar e até atingiram o menor valor de sempre. Confirma-se assim, pelo 14º ano consecutivo, que a bombagem permanente afecta apenas ligeiramente a sua composição físico-química.

A média da condutividade eléctrica da água captada nos poços em 2020 foi de 23,28 mS/cm, valor 45% abaixo do valor deste parâmetro medido na água do mar, que foi de 42,05 mS/cm, enquanto o rejeito da IDAM registou 36,22 mS/cm.

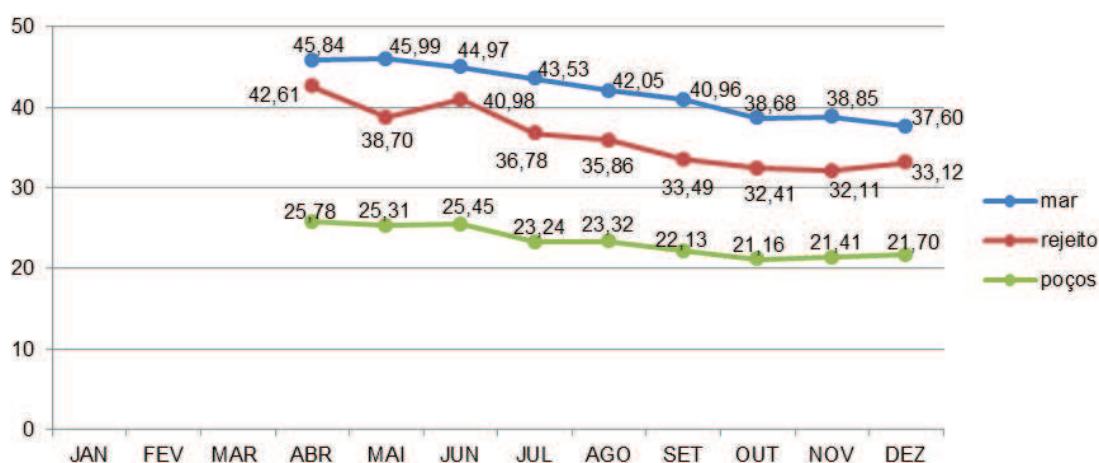


Gráfico 4.2.1 Evolução mensal da salinidade medida em condutividade eléctrica (mS/cm)

O rejeito do processo de dessalinização foi vertido ao mar a uma temperatura média de 27,78°C, enquanto que a temperatura média de água do mar do canal em 2020 foi de 26,2°C.

A evolução da salinidade da água captada nos poços apresenta uma relação directa com o registo de precipitações, sendo de realçar o pico máximo medido no meio de um dos períodos de seca mais duros dos últimos anos, em 2018. Porém, o valor deste indicador tem diminuído nos últimos três anos, decorrente de uma maior intensidade de chuva pontual nas zonas da vazia hidrológica abrangida pelos barrancos que abastecem os poços de captação.

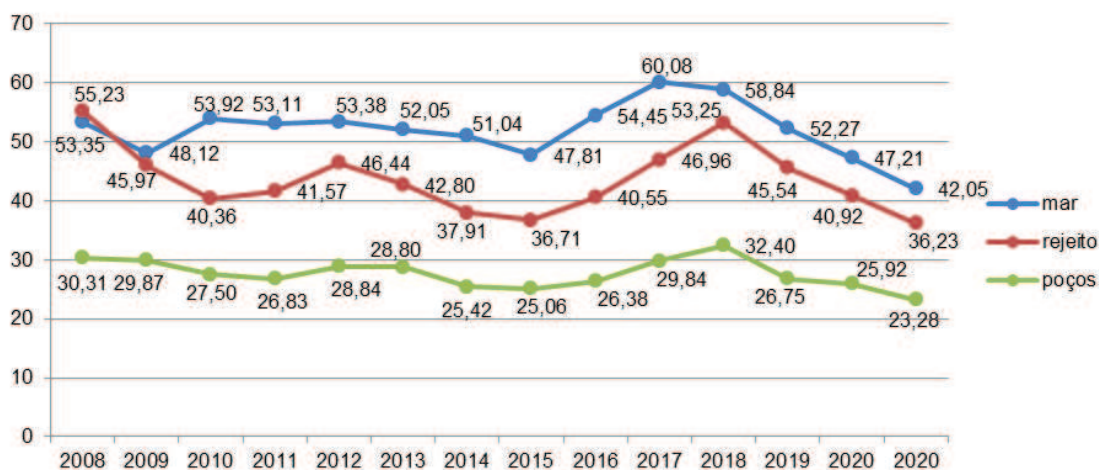


Gráfico 4.2.2 Evolução anual da salinidade medida em conductividade eléctrica (mS/cm)

4.3 Fornecimento de água dessalinizada para distribuição

Em 2021 foi fornecido um volume de 345.179 m³ ao SAAS da Câmara Municipal, o que representa um incremento de 12% comparativamente ao ano anterior, mas trata-se do maior valor registado desde o início da actividade comercial da sociedade, no ano de 2008.

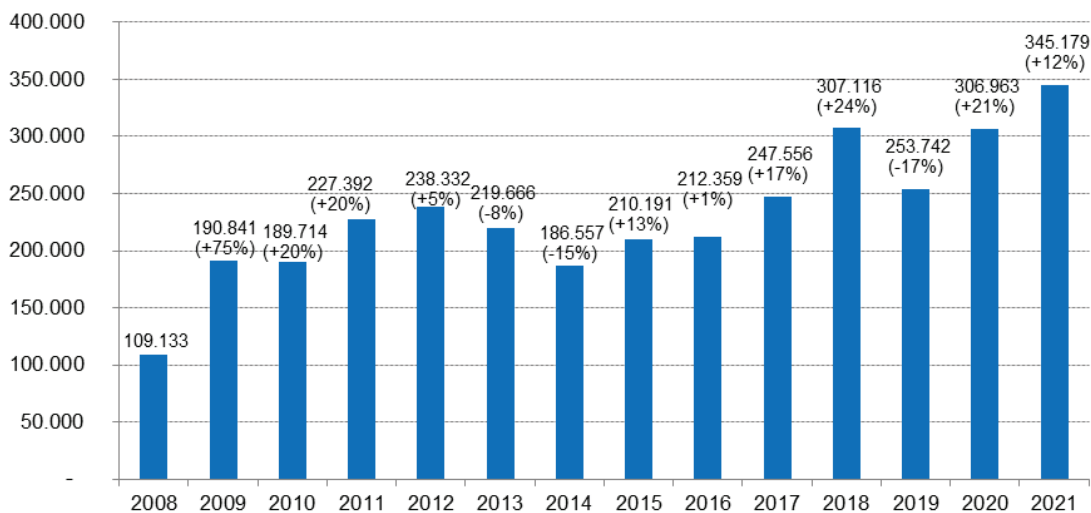


Gráfico 4.3.1 Evolução anual do volume fornecido para distribuição (m³)¹

¹ A actividade iniciou em Julho de 2008, por tanto neste ano o volume corresponde ao 2º Semestre.

Num período de elevada necessidade como factor indispensável pela higienização em plena pandemia, o serviço de abastecimento à rede pública manteve a continuidade no decorrer do exercício.

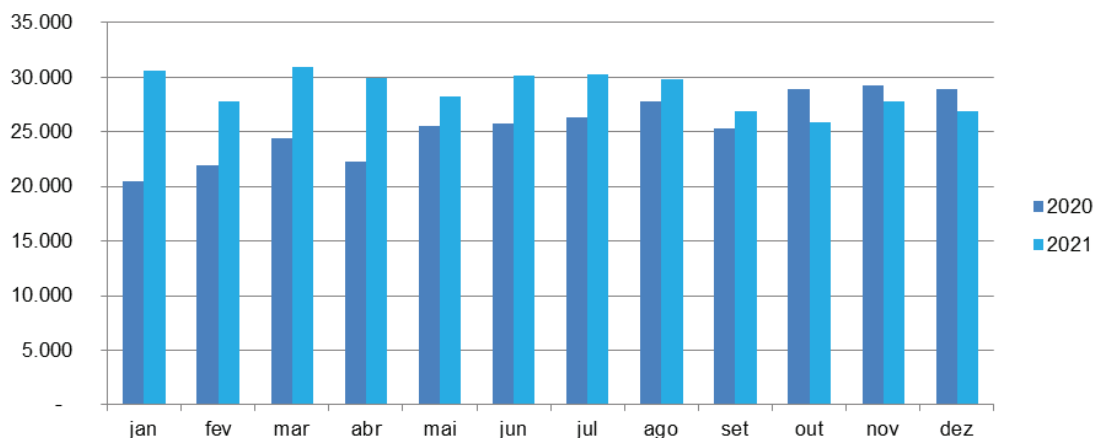


Gráfico 4.3.2 Comparativo mensal do volume fornecido para distribuição (m³)

A procura de água na rede pública manteve-se elevadíssima, em grande parte devido ao progressivo aumento das fugas nos tubos das redes de distribuição. Foi atingido um máximo mensal histórico de 30.193 m³ em Março e os volumes fornecidos apenas diminuíram em Setembro após uma série de reparações na rede de distribuição efectuadas pelos SAAS-PN. No entanto e do mesmo modo que no ano anterior, segundo informações dos próprios SAAS-PN, operadores da rede pública de distribuição, a água faturada ficou abaixo de 50% da água fornecida pela APN.

O caudal médio de abastecimento diário situou-se em 946 m³/dia. Este caudal ultrapassou em 58% o valor “take or pay” constante no contrato de compra-venda (600 m³/dia) pela sétima vez nos catorze (14) anos de actividade comercial.

AD (m ³)	2021		média diária (m ³ /dia)
	produção	distribuição	
janeiro	30.382	30.592	987
fevereiro	27.868	27.806	993
março	31.934	30.913	997
abril	30.281	29.939	998
maio	28.453	28.225	910
junho	30.175	30.119	1.004
julho	30.258	30.263	976
agosto	29.946	29.845	963
setembro	26.790	26.871	896
outubro	25.650	25.922	836
novembro	27.945	27.743	925
dezembro	27.322	26.942	869
TOTAL	347.004	345.179	946
m ³ /mês	28.917	28.765	58%
m ³ /dia	951	946	
m ³ /hab·dia		0,095	

Tabela 4.3.1 Volumes mensais distribuídos (m³) e média diária

A maior parte do volume de água produzida, 95% do total, foi distribuída mediante bombagem direta ao depósito principal do sistema de distribuição da rede pública, sendo que o volume fornecido a auto-tanques representou 5% do total. O fornecimento em auto-tanque continua a ser elevado, tendo sido alcançado um novo recorde em 2021, um volume de 16.898 m³, 69% superior ao valor fornecido em 2020. A entrada em funcionamento de um novo reservatório abastecido por camiões auto-tanque, situado a uma cota superior à do Morre-Bráz para poder fornecer água potável às novas áreas habitadas da zona denominada “Casa para Todos”.

fornecimento	vol. mês (m3)	vol. ano (m3)	(%)
rede pública	25.180	328.280	95%
auto-tanque	1.762	16.898	5%

Tabela 4.3.2 Tipo de fornecimento

Registou-se um caudal mensal máximo de 1.004 m³/dia no mês de Março, e um mínimo de 836 m³/dia em Janeiro.

Em termos absolutos, o registo diário mais elevado ocorreu no dia 11 de Maio, em que foi fornecido um volume de água à rede pública de 1.350 m³, o maior valor de sempre. Em 2021 apenas houve um dia sem água na rede pública, 29 de Outubro por motivo de interrupção no fornecimento a pedido dos SAAS-PN para reparação de diversas fugas na rede pública. O máximo tempo de interrupção na bombagem de água foi de 8 horas.

O abastecimento através de água auto-transportada continuou a ser suportado pela IDAM do Porto Novo, reforçando esta alternativa de abastecimento de água potável e demonstrando a sua flexibilidade e capacidade de adaptação hidráulica face às necessidades das populações e da economia da ilha. Trata-se de um instrumento de gestão como recurso hídrico não convencional.

Para além das novas áreas de expansão urbana da cidade, por este meio, foi possível dar cobertura às necessidades hídricas das populações do interior do Município, nomeadamente nos Planaltos Norte e Leste. O caudal diário fornecido aos auto-tanques registou uma média de 46 m³/dia, muito superior à média dos três anos anteriores e se verifica uma clara tendência ao crescimento desde a entrada em serviço da IDAM no ano 2007.

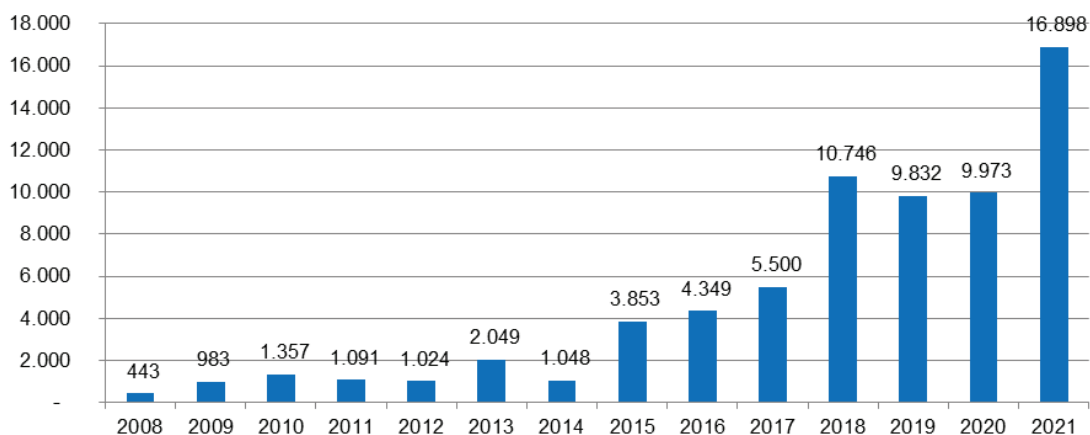


Gráfico 4.3.3 Evolução anual do volume fornecido a auto-tanques (m³)

5. Consumo de energia eléctrica

A APN possui uma licença de Auto-produtor de energia eléctrica através do Despacho nº8/2005 do Ministro de Economia, Crescimento e Competitividade. Desde do início da produção, coincidindo com a inauguração em Dezembro de 2007, o fornecimento de energia eléctrica da IDAM tem sido garantido exclusivamente pela Central Eléctrica Autónoma.

Contudo, o ano 2018 foi excepcional, assinalado pela conexão, pela primeira vez, à rede eléctrica pública, no mês de Março. Esta importante operação, permitiu à APN ter acesso a um novo recurso de produção e a aumentar a garantia de potência eléctrica para além da central eléctrica autónoma.

Já em 2021 foram inaugurados um Posto de Transformação de 250 KVA e uma central solar fotovoltaica de 55 kWp, com o objectivo de iniciar a descarbonização no consumo energético da produção de água potável em Porto Novo. O Posto de Transformação entrou em funcionamento no dia 8 de Junho e desde essa data a energia eléctrica consumida pela IDAM de Porto Novo é adquirida na tarifa Media Tensão. No dia 14 entrou a central solar fotovoltaica de 55 kWp com a qual se pretende gerar um 10% do consumo eléctrico com energias renováveis.

Motor	Combustível	Alternador	Potencia (kW)	Potencia aparente (KVA)
VOLVO TAD740	Gasóleo	MECC-ALTE	400 (2x200)	500 (2x250)

Tabela 5.1 Central Eléctrica Autónoma- potência instalada

A potência contratada à ELECTRA, concessionária nacional para a distribuição de energia eléctrica, é de 150 kW, e a ligação é constituída por uma linha de cabo de LXHIOE 1X120 mm² para unir a IDAM com a Estação Transformadora da zona de Puzolana, e um armário eléctrico contendo um comutador e as preceptivas protecções eléctricas.

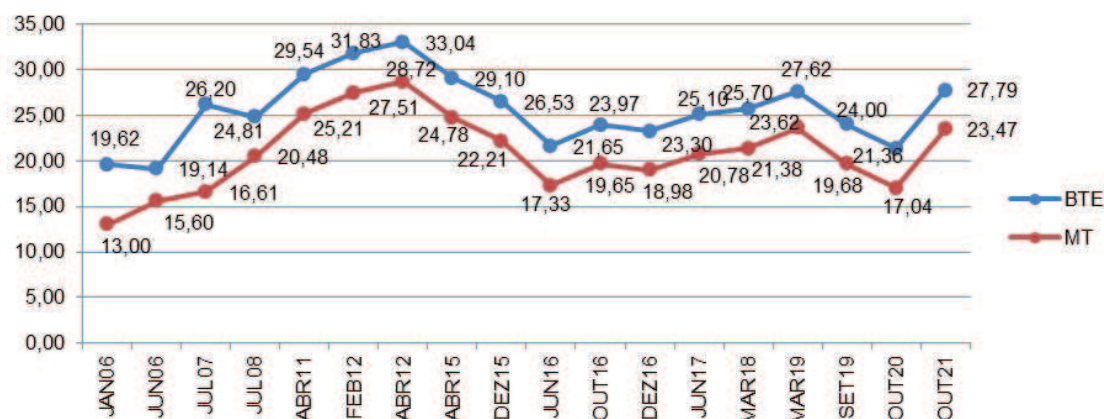


Gráfico 5.1 Evolução das tarifas de electricidade BTE-MT (ECV/kWh) (sem IVA)

Deste modo, o ano 2021 iniciou-se adquirindo electricidade na tarifa BTE a um preço de 21,36 ECV/kWh (sem IVA) e no mês de Junho foi alterada a tarifa para MT com o valor de 17,04 ECV/kWh. Porém, após a actualização tarifária determinada pela ARME no âmbito da evolução dos mercados internacionais dos combustíveis e da relação euro/dólar americano, no mês de Outubro o preço da tarifa MT ascendeu a 23,47 ECV/kWh (+38%).

No ano de 2021 a energia eléctrica consumida foi de 873 MWh, apresentando um significativo aumento de 16% relativamente ao ano anterior.

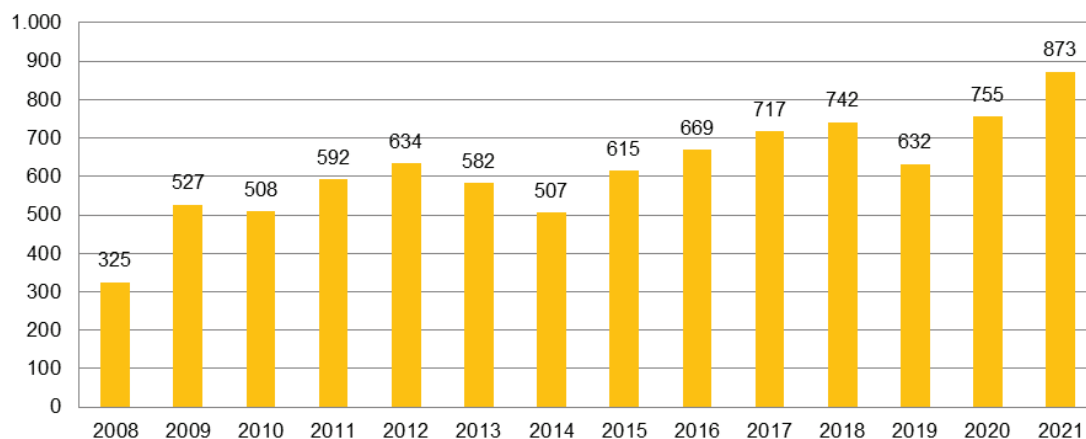


Gráfico 5.1 Evolução das tarifas de electricidade BTE (ECV/kWh) (sem IVA)

Do total da energia consumida, 820 MWh (94%) foram importados da rede eléctrica pública, 51 MWh (6%) foram da auto-geração com a central solar fotovoltaica e 2 MWh (0,2%), produzidos na central eléctrica autónoma.

O contributo da central solar fotovoltaica da IDAM ao sistema eléctrico da Ilha de Santo Antão permitiu poupar 11,4 toneladas de combustíveis fósseis, evitou uma emissão de 35 toneladas de gás CO₂ à atmosfera e representou uma penetração dos 0,27%, dos 9,27% alcançados com a totalidade de geradores eólicos e solares.

No mês de Março, coincidindo com o recorde histórico de produção de água dessalinizada (31.934 m³), registou-se um consumo de energia eléctrica record de 75.695 kWh, sendo que o mínimo registou-se em Fevereiro, o mês mais curto do ano, com 65.927 kWh.

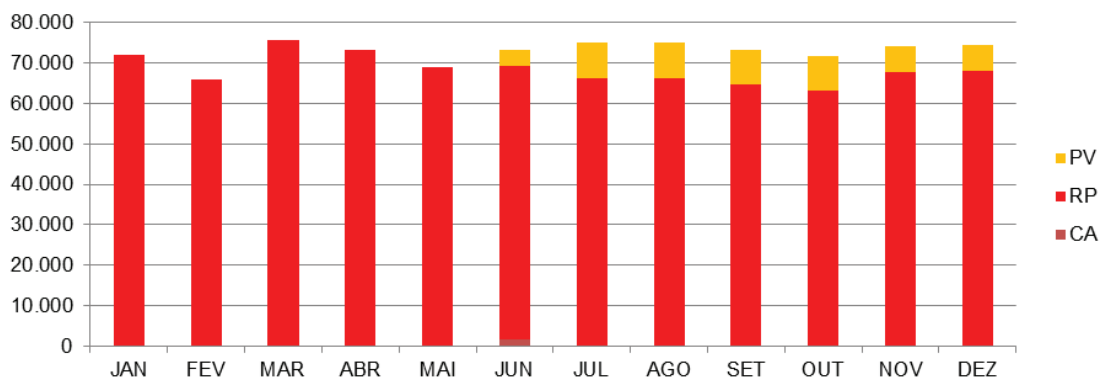


Tabela 5.2 Evolução mensal do abastecimento de energia eléctrica (kWh)

O consumo específico de energia no processo diminuiu de 2,44 kWh/m³, registado em 2020, para 2,40 kWh/m³ em 2021, denotando um decréscimo de 1,7% resultante do menor número de paragens das unidades dessalinizadoras.

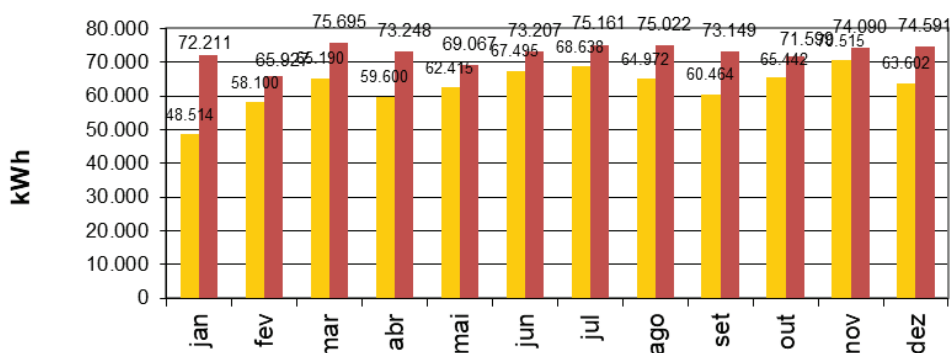


Gráfico 5.2 Consumo de energia eléctrica mensal (MWh)

O maior consumo de eletricidade registou-se no processo de osmose inversa, que com 575 MWh representou 67% do total consumido, seguido do grupo de bombagem ao depósito de distribuição da Câmara Municipal com 119 MWh (13%) e das duas bombas centrífugas de alimentação de água do mar às unidades de osmose inversa e os serviços auxiliares com 94 MWh (11%). As bombas dos poços de captação de água do mar consumiram 85 MWh, totalizando 10%.

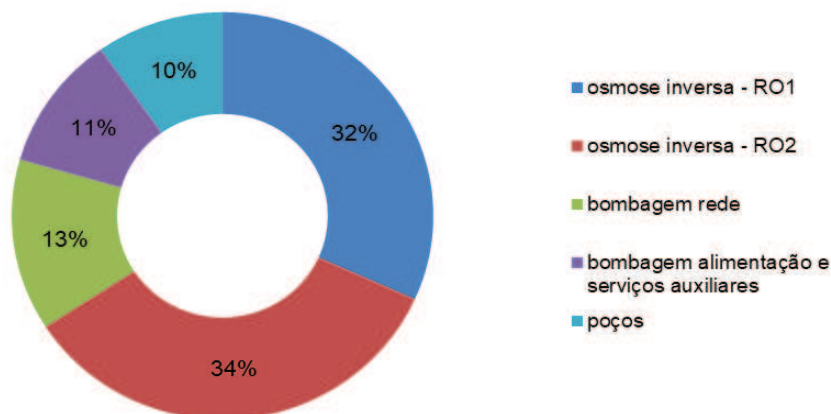


Gráfico 5.3 Distribuição dos consumos de energia eléctrica na IDAM em 2021

Em 2020 o consumo de gasóleo reduziu-se a 320 lt, face aos 880 lt do ano anterior. Este volume destinou-se aos arranques de manutenção dos grupos geradores da central autónoma e a eventuais serviços de emergência por ocorrências na Rede Eléctrica.

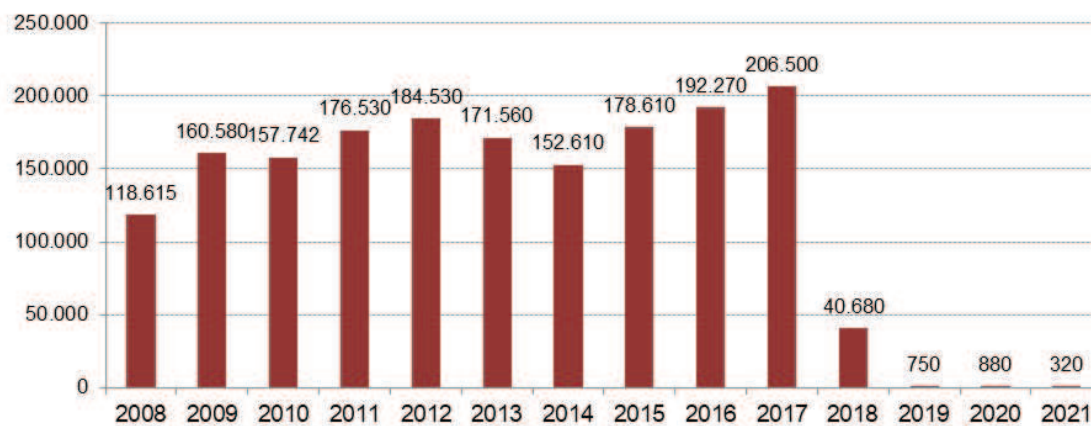


Gráfico 5.4 Evolução anual do consumo anual de combustível gasóleo (lt)

6. Dados Económico-Financeiros

6.1 Actividade comercial

O caudal médio diário situou-se nos 946 m³/dia em 2021, superando em 58%, o caudal do “take or pay” de 600 m³/dia, estabelecido no contrato de compra-venda de água dessalinizada, celebrado entre a Câmara Municipal do Porto Novo e a APN em 2008.

Em 2021 não houve alterações nos parâmetros do modelo tarifário para a produção de água dessalinizada por parte da Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) e a última atualização data de 12 de Julho de 2019.

Todavia, o aumento da procura provocou um decréscimo do preço de produção da água dessalinizada, em cerca dos 8% interanual, reduzindo até os 158 ECV/m³, traduzindo numa diminuição de 13 CVE em termos absolutos,

De qualquer modo, o valor do preço médio de produção de água dessalinizada registado em 2021 manteve-se abaixo comparativamente ao 1.º nível do escalão doméstico (245,2 ECV/m³) e representa uma margem de 87 ECV/m³ (36%) para a atividade de distribuição.

A evolução histórica do preço de produção de água dessalinizada na IDAM do Porto Novo, evidencia uma redução gradual em relação aos valores registados nos primeiros anos de actividade, O valor médio obtido no ano 2020 apresenta uma queda de 47% em relação ao preço praticado no primeiro ano de actividade comercial (**Gráfico 6.1.1**).

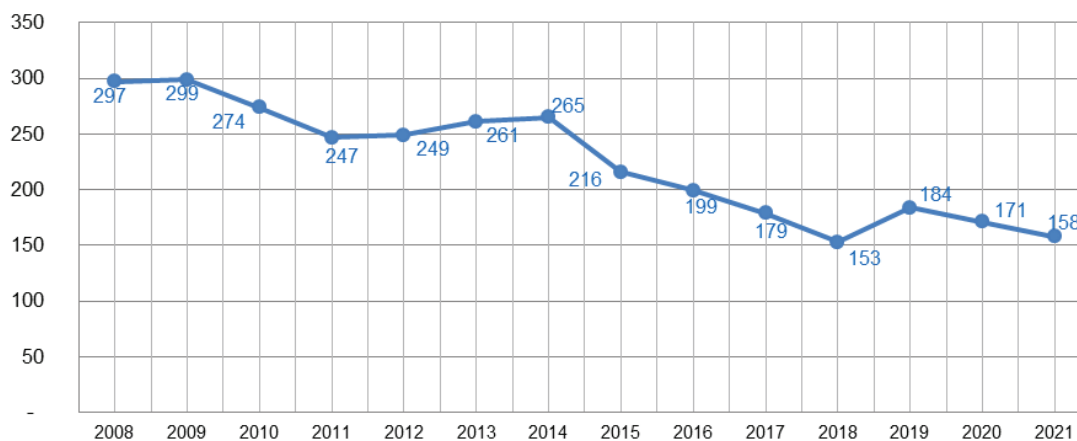


Gráfico 6.1.1 Evolução do preço neto (sem I.V.A.) de produção de água dessalinizada (CVE/m³)

No mes de Setembro, verificou-se o maior preço, no valor de 170 CVE/m³. O menor preço registou-se nos meses de Março, Abril e Junho, no valor de 152 CVE/m³.

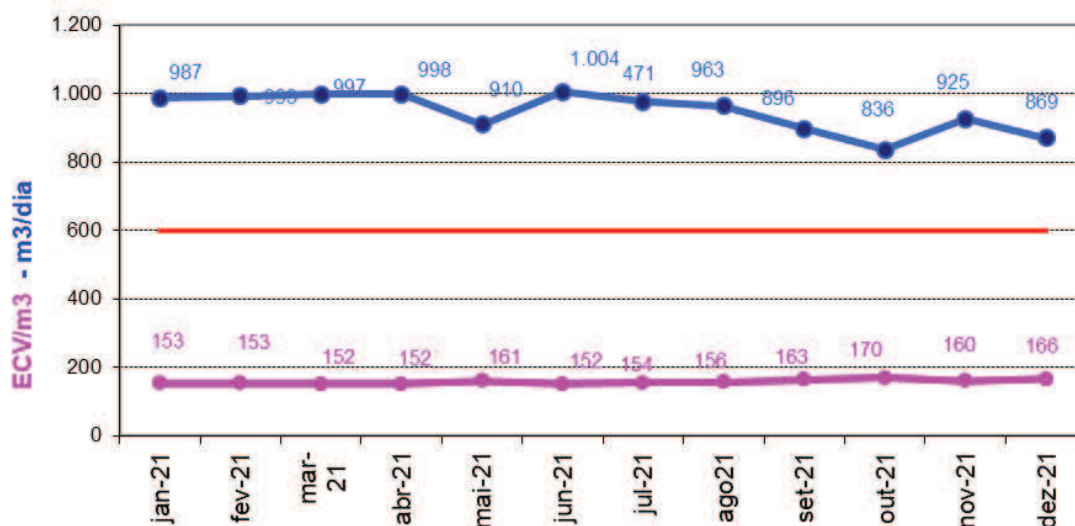


Gráfico 6.1.2. Preço neto médio mensal / caudal médio diário

O valor líquido do volume de negócio em 2021, resultante da venda de água, foi de 54,35 milhões de escudos (+5% interanual).

O crónico défice de pagamentos efectuados pela Câmara Municipal, o maior problema no funcionamento da sociedade, continuou a agravar em 2021. Os pagamentos realizados pelo único cliente, ficaram por um valor de 27,35 milhões de escudos em 2021, representando apenas 44% do valor facturado.

(CVE)	Facturação APN	Pagamentos CMPN	ratio P/F
2008	32.749.264	10.368.936	32%
2009	58.442.778	26.500.000	45%
2010	53.319.269	24.680.000	46%
2011	57.566.163	28.585.000	50%
2012	59.207.738	31.255.000	53%
2013	64.459.863	112.750.000	175%
2014	56.892.175	38.181.376	67%
2015	51.306.009	40.149.444	78%
2016	47.866.405	27.878.806	58%
2017	52.617.630	79.728.972	152%
2018	52.873.672	32.012.000	61%
2019	52.988.719	34.055.625	64%
2020	59.384.458	31.486.875	53%
2021	62.510.220	27.350.000	44%
TOTAL	762.184.363	544.982.034	72%

Tabela 6.1.2. Evolução anual da facturação emitida e pagamentos recebido (ECV)

O valor pendente em dívida acumulado no final do Ano Económico 2021 ascende a 217,20 milhões de escudos, um aumento de 19% face aos 182,04 milhões que se verificavam no final do exercício de 2020.

Durante os primeiros anos de operação, o superior preço da água dessalinizada em relação à menor tarifa de distribuição, representava o principal factor de não pagamento, mas nos últimos anos, para além das fragilidades socioeconómicas inerentes à pandemia COVID-19, são as perdas técnicas e comerciais na rede, o motivo do desfasamento entre facturação e pagamento.

No decorrer da pandemia, o Governo através do Ministério das Finanças e com a coordenação técnica da ANAS, constituiu um fundo de equilíbrio social para beneficiar às famílias vulneráveis e facilitar o acesso à água potável e energia. Com este mecanismo, o objectivo é isentar o pagamento das facturas a pessoas em situação de risco social e compensar estes valores às operadoras. A fim do exercício, os SAAS-PN contabilizam cerca de 10 milhões de escudos por este conceito e existe o compromisso de traspasar estes valores à APN para poder liquidar as facturas acumuladas junto de fornecedores, entre os quais a concessionária nacional de distribuição de energia, à ELECTRA NORTE S.A.U.

Para manter a infra-estrutura operacional, o défice de tesouraria é compensado por suprimentos do accionista APP (1.346.678 escudos em 2021).

6.2 Evolução do Balanço

O Balanço Analítico, a 31 de Dezembro de 2021, apresenta um Activo Líquido de **296.273.794** escudos e um Capital Próprio de **26.025.122** escudos.

Foram incorporados os valores das obras do posto de transformação de 250 KVA e da central solar fotovoltaica de 55 kWp, no Activo Fixo Tangível.

No que diz respeito ao activo corrente, esta rúbrica continua muito condicionada pelo contínuo aumento anual da dívida do único cliente, a Câmara Municipal do Porto Novo, a um ritmo anual de dois dígitos.

O bom desempenho económico do exercício e a retoma de resultados positivos, permitiu reforçar os seus Capitais Próprios em 11%, até 26.025.122\$00, o que representa 59% do capital social.

Por sua vez, o Passivo Total aumentou 9%, até 270.248.672 escudos por novos financiamentos bancários contraídos e por incremento das dívidas com fornecedores, nomeadamente o accionista APP e a ELECTRA NORTE SAU.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020	var
Activo	296.273.794	271.844.893	+9%
Activos Fixos Tangíveis	73.444.771	68.530.116	+7%
Investimentos em curso	0	15.269.171	--
Activo Não Corrente	73.444.771	83.799.287	-12%
Inventários	2.129.097	1.936.273	+10%
Clientes	218.100.391	182.850.009	+19%
Estado e Outros Entes Públicos	1.675.491	1.738.523	-4%
Outras Contas a Receber	0	52.220	--
Diferimentos	42.205	42.207	--
Caixa e Depósitos Bancários	881.839	1.426.374	-38%
Activo Corrente	222.829.023	188.045.606	+18%
Passivo	296.273.794	271.844.893	+9%
Capital realizado	44.000.000	44.000.000	--
Reservas legais	694.814	549.432	+26%
Outras variações no capital próprio	-1.806.655	-1.806.655	--
Resultados transitados	-19.388.330	-22.150.597	-12%
Resultado líquido do período	2.525.293	2.907.649	-13%

Capital Próprio	26.025.122	23.499.649	+11%
Passivo Não Corrente	195.841.533	185.468.047	+6%
Passivo Corrente	74.407.139	62.877.064	+18%
Total do Passivo	296.273.794	271.844.893	+9%

6.3 Conta de Resultados

O volume de negócios atingiu **54.507.892\$00**, tendo registado um significativo crescimento de 5% em relação ao ano anterior, graças à maior venda de água dessalinizada.

O Resultado Bruto (EBITDA) aumentou em +2% interanual, até **22.796.661\$00**, produto do maior aumento das vendas em relação aos custos.

O maior custo operacional da IDAM continua a ser a energia eléctrica, sendo então o maior fornecedor a ELECTRA (ELECTRA NORTE S.A.U.)

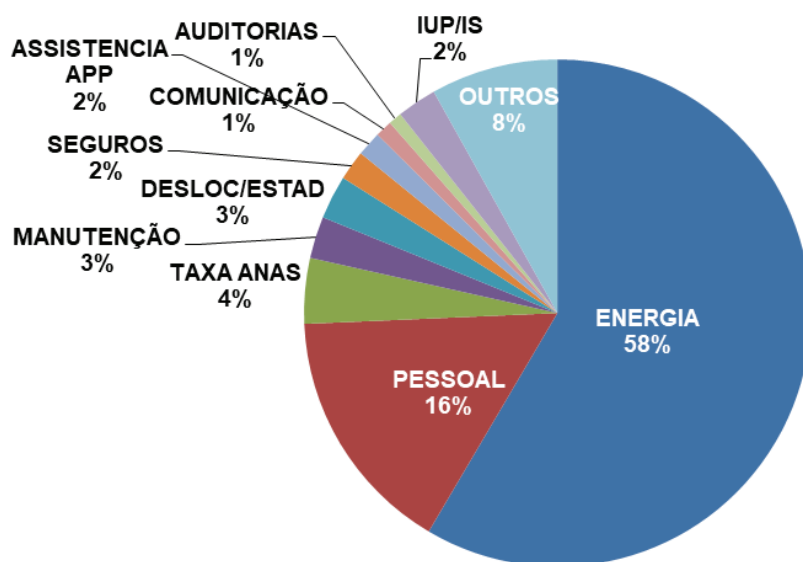


Gráfico 6.3.1. Distribuição dos custos operacionais em 2019 (%)

Em 2021, as despesas com aquisição de energia ascenderam a 17.874.772\$00, sendo 5% abaixo do valor registado em 2020 e representaram 56% do total dos custos operacionais. O consumo de energia eléctrica da IDAM foi maior pelo aumento da procura de água, mas com a entrada em funcionamento dos investimentos em infra-estruturas energéticas em Junho, a auto-geração com a central fotovoltaica evitou a aquisição de 45 MWh à Rede Pública e o preço de aquisição registou uma significativa queda ao passar de tarifa BTE a MT.

Os custos com o pessoal ascenderam a 4.469.451\$00, 5% a mais que em 2020, nomeadamente pelo maior número de horas extras devido a concentrar as operações de manutenção e concerto de avarias.

A taxa de extracção determinada pela ANAS para a utilização do recurso dos poços de captação, ocupa o terceiro lugar por ordem de magnitude. Em 2021 totalizou 1.848.965\$00 e devido à maior produção de água dessalinizada, este custo aumentou 20% em comparação ao ano 2020.

No resto dos custos, as deslocações e estadias tiveram menor expressão pelas medidas de contingência devidas à pandemia COVID-19.

Na rubrica “Outros” foi contabilizado um acréscimo de gasto no valor de 1.169.167\$00, em previsão de um contingente aberto com uma empresa consultora com a qual se está a negociar uma liquidação em conceito de serviços prestados.

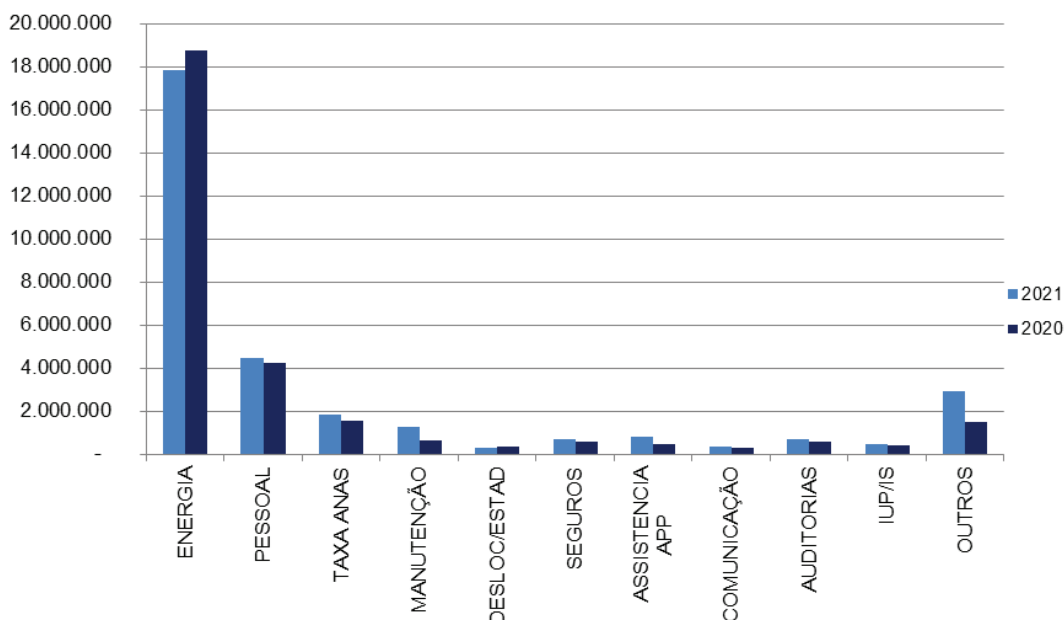


Gráfico 6.3.2. Distribuição dos custos operacionais em 2021 (ECV)

As Depreciações diminuíram em 3%, pelo fim de período de amortização de diversos equipamentos, entre eles uma das duas unidades dessalinizadoras de água do mar. A queda nesta rubrica tiver sido maior a não ser pela incorporação da amortização dos investimentos em infra-estruturas energéticas realizados no valor de 17.415.391\$00 e numa nova viatura de serviço no valor de 3.028.969\$00.

Finalmente, os juros bancários suportados também foram maiores, no valor de 4.359.188\$00, devido à contratação de dois novos empréstimos bancários junto do BCN para os referidos.

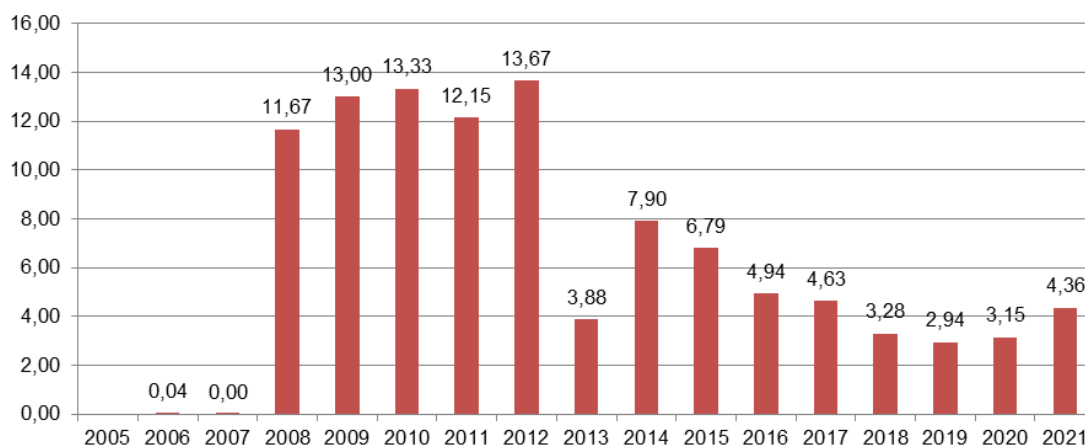
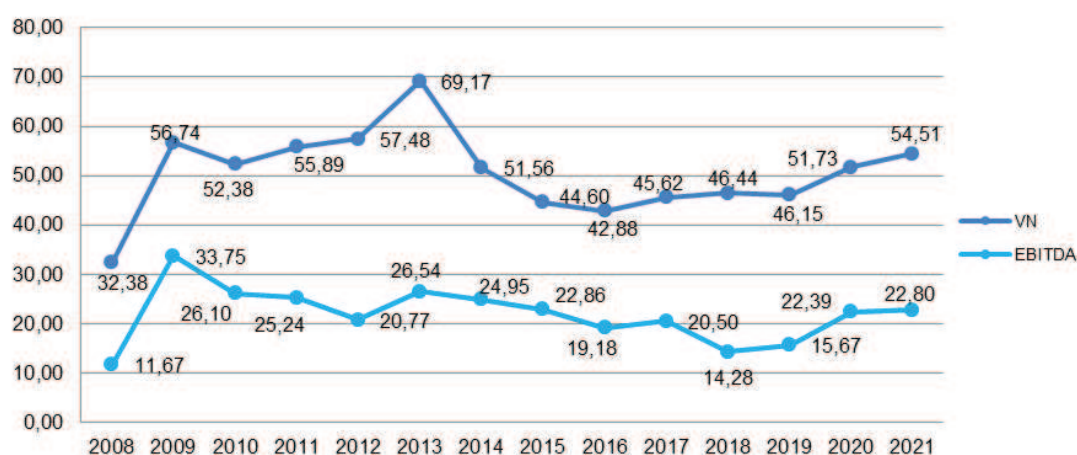


Gráfico 6.3.3. Evolução das despesas financeiras (milhões de escudos)

Perante este cenário, o desempenho económico-financeiro da empresa traduziu-se num resultado líquido positivo por segundo ano consecutivo no montante de 2.525.293\$00.

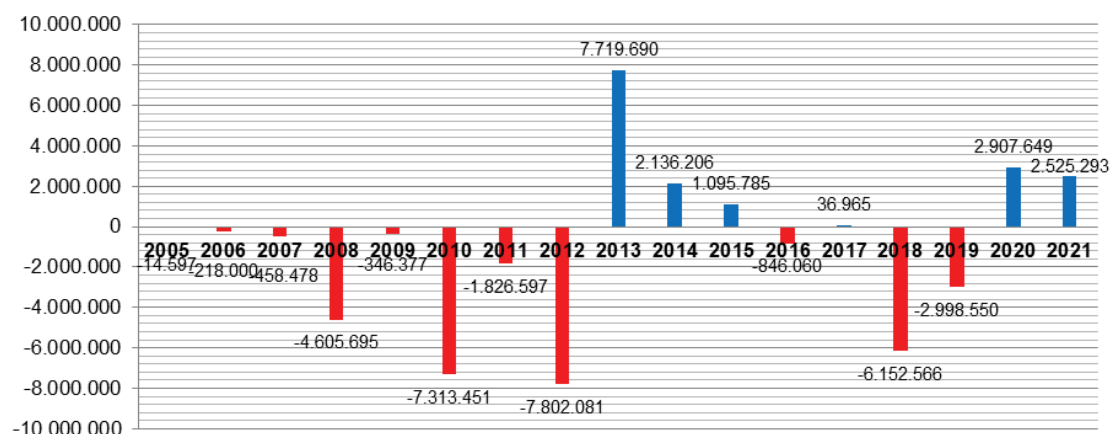
CONTA DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020	var
RECEITAS	54.507.892	51.734.544	+5%
CUSTOS FIXOS+VARIÁVEIS	31.711.231	29.345.959	+8%
Resultado Bruto (EBITDA)	22.796.661	22.388.585	+2%
Amortizações	15.529.705	15.937.958	-3%
Resultado A.D.F. (EBIT)	7.266.956	6.450.627	--
Despesas financeiras	4.359.188	3.145.683	+39%
Resultado Antes de Imposto	2.907.768	3.304.944	-12%
Imposto sobre o rendimento	382.475	397.295	-4%
Resultado Líquido	2.525.293	2.907.649	-13%



Gráfica 6.3.4. Evolução anual do volume de negócio e do EBITDA (milhões de CVE)

O maior volume de água fornecida e a redução de custos em energia, permitiram manter os resultados positivos no exercício 2021.



Gráfica 6.3.5. Evolução do resultado anual (CVE)

6.4 Proposta de aplicação de resultados

Conforme o exposto no ponto anterior, o resultado líquido apurado do exercício foi positivo no montante de **CVE 2.525.293\$00 (Dois Milhões Quinhentos e Vinte e**

Cinco Mil Duzentos e Noventa e Três escudos), cuja proposta de distribuição se detalha na tabela a seguir:

Conceito	Valor (ECV)
Reserva Legal (5%)	126.265
Resultados Transitados (95%)	2.399.028
Total Resultado 2020	2.525.293

O valor da rubrica “Resultados Transitados” é de -19.388.330 escudos em 2021.

6.5 Créditos subscritos

Em 2020 não foi possível amortizar qualquer prestação no capital pendente do empréstimo contraído junto da *Direção Geral do Tesouro* (DGT). No fim do exercício, encontram-se pendentes 96.472.720 escudos deste financiamento, cujo valor contratado inicialmente ascendeu a 167.368.426 escudos, dos quais já foram amortizados 70.895.707 escudos. Com referência a 31 de Dezembro, trinta e seis (36) prestações mensais deste empréstimo encontram-se vencidas por falta de tesouraria.

O período de amortização é de trinta e seis (36) meses e a taxa de juros aplicada fixou-se em 1,5%.

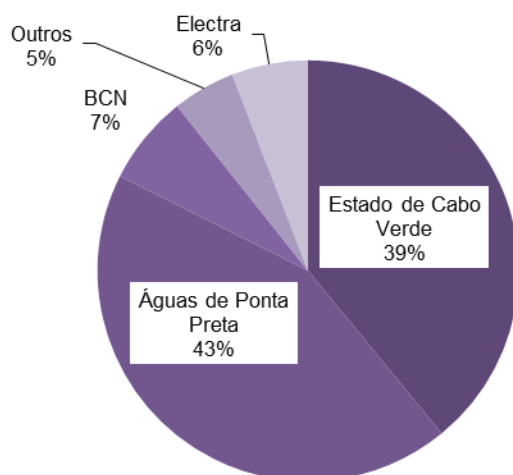
Adicionalmente, e devido ao persistente défice de tesouraria, para manter a IDAM em atividade, o acionista APP continuou a injetar suprimentos no valor de 1.346.678 escudos em 2021 e complementarmente no mês de Abril foi contratado junto do BCN um financiamento na modalidade “Crédito Rendas-Empresa Investimento” no valor de 13.000.000 escudos com 60 meses de período de reembolso e uma taxa de juros de 7,5%. No final de 2021 o saldo deste empréstimo ascendia a 11.721.526 escudos. Este financiamento tem como garantia uma livrança em branco subscrita à ordem do BCN e avalizada pelo acionista APP, Lda.

No fecho do exercício o valor acumulado dos suprimentos eleva-se a 85.713.454 escudos. A estes suprimentos é aplicada uma taxa de 1,5%, equivalente à taxa aplicada pela *Direção Geral do Tesouro* (DGT) no referido empréstimo de investimento.

No que diz respeito ao financiamento na modalidade “Crédito Rendas-Empresa Investimento” contratado em Outubro de 2017 ao Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), no valor de 17.200.000 escudos, com a finalidade de liquidar a conta caucionada concedida pelo BCA em 2008, foi completamente amortizado no mês de Maio.

Em Fevereiro 2020, foi contraído no BCN mais um financiamento sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição e construção do posto de transformação de Média Tensão. O montante do empréstimo contratado ascendeu 8.000.000 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 193.431 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, calculados com base numa taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%. No final de 2021 o saldo deste empréstimo ascendia a 4.628.551 escudos.

Finalmente, no mês de Março foi contratado, também junto do BCN, um empréstimo na modalidade “Crédito Rendas-Automóvel”, para aquisição da viatura contemplada no Plano de Investimentos 2021, no valor de 2.608.696 escudos, a uma taxa de juros de 8% e com 48 meses de período de amortização. A fim do exercício o saldo desta operação era de 2.278.078 escudos.



Gráfica 6.5.1. Estrutura do Passivo da APN 2021

6.6 Contributo fiscal

O contributo fiscal da actividade desenvolvida pela APN no exercício 2021 ascendeu a 6.632.791\$00 milhões de escudos, valor que corresponde a um incremento de 36% em relação ao exercício anterior.

Contributo Fiscal	2021	2020
Previdência Social e Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho	908.336	887.201
SOAT	35.772	35.772
Imposto Único sobre o Rendimento	200.805	182.192
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.043.823	3.347.667
Imposto Único sobre o Património-Imposto de Selo	444.055	422.914
TOTAL	6.632.791	4.875.746

Tabela 6.6. Relação de impostos pagos

6.7 Seguros contratados

Em virtude do estabelecido no artigo vigésimo do contrato de concessão (BO III Série, nº 7, de 15 de Fevereiro de 2008) a Sociedade tem contratado, pelo valor de 693.505\$00, os seguros detalhados na tabela a seguir.

Tipo	Premio anual (ECV)	Companhia
Multirisco IDAM	198.866	GARANTIA
Multirisco Posto Transfor/Central Solar Fotovoltaica	40.327	IMPAR
Responsabilidade Civil	362.288	GARANTIA
Viaturas	92.024	IMPAR

Tabela 6.7. Relação de seguros contratados

6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

No dia 4 de Abril de 2018, o Conselho de Administração aprovou a aplicação de uma senha de presença de 5.000\$00 (cinco mil escudos) aos administradores participantes em cada reunião.

7. Recursos Humanos

A estrutura operacional da IDAM é formada por 6 pessoas com a distribuição que se pode observar na **tabela 7.1**. A média de idade situa-se nos 35 anos.

	Nome	Função	Idade	Antiguidade
1	Jailton Cabral dos Santos	Responsável da IDAM	38	2008
2	Anselmo Ramos Fortes	Operador de máquinas	40	2007
3	Sesaltino Fortes Andrade	Operador de máquinas	34	2007
4	Fernando Gomes Rodrigues	Operador de máquinas	38	2007
5	Ligia Maria Gomes Victória	Empregada limpeza	35	2007
6	Elton Jorge dos Reis	Operador de máquinas	33	2018

Tabela 7.1. Relação dos funcionários da IDAM

género	nº
homens	5
mulheres	1
total	6

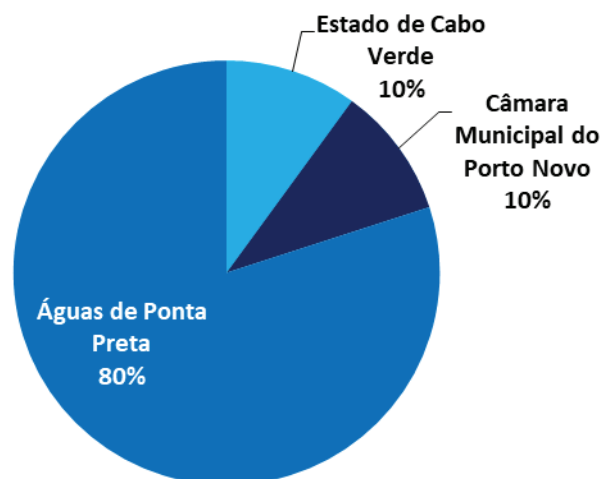
Tabela 7.2. Distribuição dos funcionários por género

A gestão da sociedade é complementada com a estrutura operacional do accionista Águas de Ponta Preta Lda.

No âmbito da formação continuada, os operadores participaram numa formação interna de manuseamento de aparelhos de laboratório e interpretação de resultados, realizado pela APP no mês de Março.

8. Dados da sociedade

8.1. Estrutura acionista



Accionista	Nº acções	Valor nominal (Escudos)
Estado de Cabo Verde	2.200	4.400.000
Câmara Municipal do Porto Novo	2.200	4.400.000
Águas de Ponta Preta Lda	17.600	35.200.000
TOTAL	22.000	44.000.000

Data de Constituição da Sociedade ► 1 de Julho de 2005
 Início Actividade ► 1 de Julho de 2008

8.2 Órgãos sociais

8.2.1 Mesa da Assembleia Geral

Presidente	→	<u>Estado de Cabo Verde (Hernany Brito dos Santos)</u>
Secretário	→	<u>Águas de Ponta Preta Lda. (Karine Helena Lopes)</u>

8.2.2 Conselho de Administração

Presidente	→	<u>Norberto Larriba Blay (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Rita Silvera Negrín (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Damià Pujol Alibés (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Ariel Cruz Assunção (Estado de Cabo Verde)</u>
Administrador	→	<u>Irlando Ramos (Câmara M. do Porto Novo)</u>

8.2.3 Conselho Fiscal

Fiscal Único	→	<u>BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria</u>
--------------	---	--

9. Projectos Complementares

A Sociedade concentra as actividades em responsabilidade social na população das zonas rurais do município do Porto Novo, sempre com o objectivo de facilitar o acesso aos serviços básicos de água e energia elétrica.

Em parceria com a APP, a APN continuou a prestar apoio na monitorização e em diversas ações de cariz social nas aldeias de Monte Trigo e Tarrafal de Monte Trigo, no âmbito do projeto findo em 2014 e denominado SESAM-ER (Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas mediante Micro-redes com Energias Renováveis na Ilha de Santo Antão).

No dia 12 de Fevereiro, com a presença do Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia, a Câmara Municipal do Porto Novo, em parceria com a Águas de Ponta Preta, apresentou uma proposta de modelo de garantia de serviços básicos nesta localidade, cuja implementação iniciará com a ampliação da central solar fotovoltaica e com a construção de uma instalação dessalinizadora de água de mar.

De todas as actuações abrangidas pelo SESAM-ER, que conseguiram proporcionar eletricidade contínua a 1.200 pessoas, o sistema elétrico de Monte Trigo converteu-se no mais emblemático. Graças à central solar fotovoltaica instalada em 2012, Monte Trigo foi a primeira localidade do país a ter o serviço elétrico assegurado na totalidade por energias renováveis.

No mês de Fevereiro, a Central Fotovoltaica de Monte Trigo cumpriu 9 anos de funcionamento. Durante este período, a Central produziu 333 MWh, evitando o consumo de 90.187 litros de gasóleo e a emissão de 285 toneladas de gás CO₂ para a atmosfera. Estes resultados representam as mudanças socioeconómicas numa aldeia piscatória híper-isolada, com 275 habitantes, até ao ponto de ter atingido o limite da capacidade técnica do sistema eléctrico.

Simultaneamente, o projecto de “Reforço do Acesso à Energia Sustentável para Impulsionar Atividades Geradoras de Rendimento”, implementado em Monte Trigo em 2020, e gerido pela Associação AGRIPESCA, foi consolidado em 2021. A Casa de Gelo produziu 62 toneladas de gelo para actividade piscatória, com 16 MWh de energia eléctrica 100% renovável, amostrando a sustentabilidade deste projecto que para além representa um emponderamento às mulheres da aldeia.

10. Evolução previsível da sociedade

A publicação no Boletim Oficial, da Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2020, de 1 de Julho, representa um passo determinado no processo da reforma institucional do Sector da Água e do Saneamento em Cabo Verde. O colapso dos serviços autónomos municipais e a necessidade imperativa da sua empresarialização são indispensáveis para a garantia dos serviços básicos, num país aonde serão necessários investimentos no valor de 700 M€ para providenciar uma dotação mínima de 90 litros/habitante·dia de água potável à população.

Nesta Resolução, emitida para a criação da empresa intermunicipal ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A., e nos resultados do Grupo de Trabalho por ela criado, integrado pela ANAS e pela ARME, estão depositadas todas as expectativas de conseguir a sustentabilidade económica da Empresa com a erradicação do crónico défice de tesouraria, bem como do retorno do investimento.

Em simultâneo, se bem que com atrasos, está a avançar o Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais, promovido pelo Governo de Cabo Verde e financiado pelo BADEA, que inclui a completa renovação da rede de distribuição de água potável, a qual diminuirá as perdas técnicas e o fornecimento de água potável, sendo que o referido Projecto inclui ainda e entre outros, uma nova rede de esgotos e uma Estação de Tratamento de Águas Residuais de 400 m³/dia.

A APN posiciona-se como parceiro estratégico para fazer a gestão do ciclo integral da água na cidade e a referida Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2020 refere este aspecto, sendo que na Assembleia Geral Ordinária 2019 já tinha sido aprovada uma alteração dos estatutos da sociedade, incluindo a distribuição de água potável e o saneamento das águas residuais no seu objecto social, com os votos favoráveis dos accionistas Estado e Câmara Municipal do Porto Novo.



Igualmente esperado é o impacto dos investimentos contemplados no Plano de Actividades 2020 e inaugurados em 2021 após um demorado atraso por causa da situação criada pela pandemia 2020.

- 1) Instalação de um posto de transformação (PT) 20.000/400V de 250 KVA para aquisição de energia eléctrica na tarifa Média Tensão

2) Instalação de uma central solar fotovoltaica de 55 kWp

Estima-se uma redução dos custos energéticos, concretamente na compra de electricidade, de 30% e estes objectivos vão ao encontro do estabelecido no Decreto-Lei nº 54/2018, que traz novas disposições relativas à promoção, ao incentivo e ao acesso, licenciamento e exploração de sistemas de geração com base em fontes de energias renováveis.

Nesta linha se posiciona o projecto PVSA. Trata-se de uma parceria ELECTRA-Águas de Ponta Preta, para a implementação de uma Central Solar Fotovoltaica de 719 kWp com armazenagem mediante uma bateria de 669 kWh/334 kW, que tem como principal objectivo, abastecer com energias renováveis, a totalidade do consumo eléctrico da IDAM do Porto Novo.

Catorze anos após a sua inauguração, a IDAM do Porto Novo mantém a totalidade da capacidade produtiva e ao longo dos anos tem evoluído no asseguramento da garantia do serviço, na procura da excelência na qualidade da água potável, na digitalização dos processos e na integração das energias renováveis para a converter numa infraestrutura hidráulica eficiente, útil para os portonovenses e preparada para absorver as novas tecnologias de futuro.

Ainda, é preciso referir que para fazer face ao eventual transtorno no mercado que a pandemia COVID-19 poderá ainda vir a provocar, a APN deverá ficar atenta aos correspondentes acontecimentos a nível global nos próximos meses, pois a Ilha de Santo Antão depende em grande medida dos países europeus, quer no domínio das remessas dos emigrantes, quer na entrada de turistas da França e da Alemanha.

11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício

Na sequência da publicação da Lei nº 4/X/2021, de 31 de Dezembro, que aprova o orçamento para o Ano Económico de 2022, contendo um conjunto de incentivos fiscais entre os quais a alteração da taxa do IVA na transmissão de electricidade e no fornecimento de água aos consumidores finais, de 15 a 8%, pelo que a Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) apresentou novos cálculos das tarifas de electricidade e água, em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2022.

Porto Novo, 23 de Março de 2022



O Conselho de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2021 a atividade da Águas de Porto Novo, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, lidos em conjunto com o Relatório da BDO, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 28 de março de 2022

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO-Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.

Aos Acionistas da

APN – Águas de Porto Novo, S.A.
Santo Antão
República de Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da APN – Águas de Porto Novo, S.A. (APN), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 296.273.794 escudos e um total de capital próprio positivo de 26.025.122 escudos, incluindo um resultado líquido positivo de 2.525.293 escudos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção *Bases para Opinião com Reservas* do presente relatório, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspetos materiais, a posição financeira da APN em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde.

Bases para a Opinião com Reservas

Conforme nota 11 das notas explicativas, a Empresa registou em passivo não corrente, na rubrica de financiamentos, um montante de 147 517 847 escudos, referente aos contratos de financiamento com as entidades Direção Geral do Tesouro e Águas de Ponta Preta, S.A. De acordo com o formalmente estabelecido nos contratos, o capital em dívida encontra-se totalmente vencido. Não havendo um acordo formal de diferimento das referidas dívidas, estas deveriam estar refletidas no passivo corrente. Nas circunstâncias o passivo não corrente encontra-se sobrevalorizado por contrapartida do passivo corrente, no referido montante.

Conforme nota 9 das notas explicativas, a Empresa registou na rubrica de diferimentos passivos um montante de 17 476 773 escudos, referente à especialização dos juros de financiamento dos contratos com as entidades Direção Geral do Tesouro e Água de Ponta Preta e outros acréscimos de custos, quando este deveria estar refletido na rubrica de outras contas a pagar. Nas circunstâncias as rubricas de diferimentos passivos e outras contas a pagar, estão sobrevalorizadas e subvalorizadas respetivamente, no referido montante.

A dívida registada na rubrica de Clientes, no montante de 218 100 391 escudos, referente ao cliente Serviços autónomos da Câmara Municipal do Porto Novo, não foi objeto de análise de imparidade, pese embora

apresentar antiguidade média superior a quatro anos. Não existindo acordos de regularização para aqueles montantes, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre o grau de recuperação desta dívida nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

A Empresa realiza a sua atividade mediante uma concessão estatal, em regime Build, Operate & Transfer (BOT), por um período de 30 anos a contar desde 2008, conforme estabelecido pelo contrato de concessão de obra pública do sistema de dessalinização de água do mar destinado ao abastecimento do município do Porto Novo, publicado na série III do Boletim Oficial Nº 7, de 15 de fevereiro de 2015, o qual prevê a transferência dos ativos afetos à concessão ao concedente no final do contrato. Assim, para efeitos de tratamento contabilístico do contrato de concessão deveria ser considerado a interpretação constante no IFRIC 12 - International Financial Reporting Interpretation Committee – Service Concession Arrangements. Assim, os bens tangíveis afetos à concessão estão registados na linha de Ativos fixos tangíveis, sendo as depreciações calculadas por referências a taxas fiscais e não foram reconhecidas responsabilidades com eventuais investimentos de substituição. Não conseguimos obter informações necessárias que permitissem avaliar e concluir sobre os efeitos nas demonstrações financeiras, caso fosse aplicada a IFRIC 12.

Até a data de emissão deste relatório, não foi possível obter a resposta ao nosso pedido de confirmação do saldo de financiamentos obtidos, nas componentes de capital em dívida e de juros vencidos, no montante global de 105.557.974 escudos, por parte da Direção Geral do Tesouro. Assim, não conseguimos emitir, com a segurança necessária, uma opinião sobre a razoabilidade do saldo acima referido.

A nossa auditoria foi desenvolvida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* do presente relatório.

Somos independentes da APN de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra informação – relatório de gestão

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é efetuar uma leitura do relatório de gestão e, em resultado, considerar se a informação constante do relatório de gestão é

materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta Outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto.

Responsabilidade do Órgão de Gestão e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e apropriada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde e pelo controlo interno que este órgão determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da APN de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a APN ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da APN.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria às Demonstrações Financeiras

O nosso objetivo consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança elevado, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

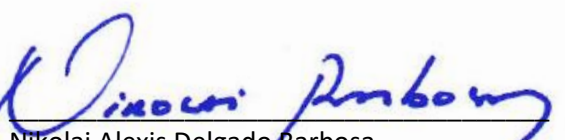
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, efetuamos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da APN;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- Concluimos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da APN para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a APN descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

Praia, 13 de junho de 2022



Nikolai Alexis Delgado Barbosa
Auditor Certificado – Cédula Profissional n.º 40

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

BALANÇO em 31 de DEZEMBRO de 2021

U= CVE

RUBRICAS	Data de Referência		
		31/12/2021	31/12/2020
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2		
Terrenos e recursos naturais		4.400.000	4.400.000
Edifícios e outras construções		36.366.117	39.885.390
Equipamento básico		28.866.596	22.693.542
Equipamento de transporte		2.668.522	0
Equipamento administrativo		250.640	313.250
Outros activos fixos tangíveis		892.896	1.237.934
Investimentos em curso			
Activos fixos tangíveis em curso		0	15.269.171
Activos por impostos diferidos			
Activos não correntes detidos para venda			
Total do activo não corrente		73.444.771	83.799.287
Activo Corrente			
Inventarios	4		
Produtos acabados e intermedios		309.169	305.075
Materias-primas, subsidiarias e de consumo		1.819.928	1.631.198
Outros productos de consumo			
Clientes	5	218.100.391	182.850.009
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	7	1.675.491	1.738.523
Outras contas a receber	8	0	52.220
Diferimentos	9	42.205	42.207
Caixa e depósitos bancarios	10	881.839	1.426.374
Total Activo corrente		222.829.023	188.045.606
Total activo		296.273.794	271.844.893
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	44.000.000	44.000.000
Reservas legais	12	694.814	549.432
Outras variações no capital próprio		-1.806.655	-1.806.655
Resultados transitados	13	-19.388.330	-22.150.597
Resultado líquido do periodo		2.525.293	2.907.649
Total do capital próprio (antes de interesses minoritarios)		26.025.122	23.499.829
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		26.025.122	23.499.829
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	161.173.206	152.146.398
Outras conta a pagar	15	34.668.327	33.321.649
Total do passivo não corrente		195.841.533	185.468.047
Passivo Corrente			
Fornecedores	16	47.918.888	38.472.874
Estado e outros entes publicos	7	1.390.390	1.244.447
Financiamentos obtidos	14	4.972.796	4.140.833
Outras contas a pagar	15	124.396	6.104.956
Outros passivos financeiros			
Diferimentos	9	20.000.669	12.913.907
Total do passivo corrente		74.407.139	62.877.017
Total do passivo		270.248.672	248.345.064
Total do capital proprio e do passivo		296.273.794	271.844.893

O Técnico Contas

Karine Helena Dias Lopes

A Gerência

[Assinatura]

A Administração

[Assinatura]

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 de JANEIRO de 2021 e 31 de DEZEMBRO de 2021

U= CVE

RUBRICAS	PERÍODO		
		2021	2020
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviço	17	54.348.157	51.734.544
Subsídios à exploração			
Ganhos/Perdas Imputados de subsídios, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários de produção	18	4.094	46.503
Trabalhos para própria entidade			
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-19.683.737	-20.299.998
Resultados operacional bruto		34.668.514	31.481.049
Fornecimento e serviços externos	20	-6.991.886	-4.425.872
Valor acrescentado bruto		27.676.628	27.055.177
Gastos com o pessoal	21	-4.469.451	-4.256.434
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		0	0
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		159.735	0
Outros gastos e perdas	22	-570.251	-410.158
Resultados antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		22.796.661	22.388.585
Gastos /Reversões de depreciação e de amortização	3.2	-15.529.705	-15.937.958
Perdas/reversões por imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		7.266.956	6.450.627
Juros e ganhos similares obtidos		-	-
Juros e perdas similares suportados	23	-4.359.188	-3.145.683
Resultado antes de imposto		2.907.768	3.304.944
Imposto sobre o rendimento do periodo	24	-382.475	-397.295
Resultado líquido do periodo		2.525.293	2.907.649

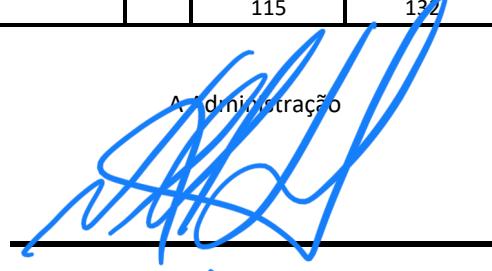
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do periodo			
Resultado líquido do periodo atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico		115	132

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

Karine Helena Dias Lopes

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 de JANEIRO de 2021 e 31 de DEZEMBRO de 2021

U= CVE

RUBRICAS	PERÍODO		
	2021		2020
	Notas	Valores	Valores
Rédito das vendas e das prestações de serviços	17	54.348.157	51.734.544
Gasto com as vendas e com as prestações de serviços	18 e 19	-19.679.643	-20.253.495
Resultado bruto		34.668.514	31.481.049
Outros rendimentos		159.735	0
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-3.428.695	-2.052.683
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-24.132.598	-22.977.739
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		7.266.956	6.450.627
Perdas e ganho de financiamento (líquidos)	23	-4.359.188	-3.145.683
Resultados antes de impostos		2.907.768	3.304.944
Imposto sobre o rendimento do período	24	-382.475	-397.295
Resultado líquido do período		2.525.293	2.907.649
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
interesses minoritários			
Resultado por acção básico		115	132

O Técnico Contas

Karine Helena Das Lopes

A Gerência

[Assinatura]

A Administração

[Assinatura]

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2021 e 31 de DEZEMBRO de 2021

U = CVE

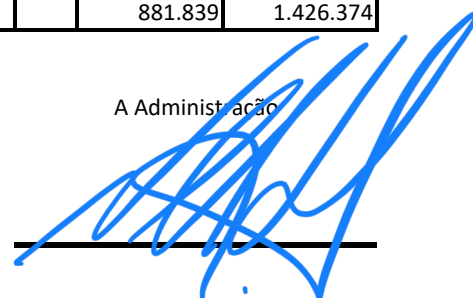
	PERÍODO		
	2021		2020
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimento de clientes		27.250.000	31.200.000
Pagamento a fornecedores		-19.886.652	-26.194.847
Pagamentos ao pessoal		-3.204.831	-3.151.268
Caixa gerada pelas operações		4.158.517	1.853.885
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento		-334.263	0
Outros recebimentos/pagamentos		-9.618.855	5.074.436
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-5.794.601	6.928.321
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-3.808.372	-8.852.024
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao Investimentos		661.879	1.917.752
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3.146.493	-6.934.272
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		15.608.696	8.000.000
Realização de capital e de outros instrumentos de capital proprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5.749.925	-6.585.744
Juros e gastos similares		-1.462.212	-1.125.209
Dividendos			
Reduções de capital e de outros outros instrumentos de capital proprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		8.396.559	289.047
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-544.535	283.096
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		1.426.374	1.143.278
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		881.839	1.426.374

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

Karine Helena Das Lopes

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.
NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2021 e 31 de DEZEMBRO de 2021

U = CVE

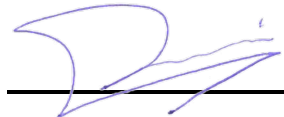
DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações suplementares e outros instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Translatados	Resultado Líquido do Período			Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DE 2021	1	44.000.000				549.432					-1.806.655	-22.150.597		20.592.180		20.592.180
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO																
Resultado líquido do período													2.525.293	2.525.293		2.525.293
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
RESULTADOS EXTENSIVO	2												2.525.293	2.525.293		2.525.293
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações com detentores de capital																
OUTRAS OPERAÇÕES	3															0
Distribuição Resultados 2020						145.382						2.762.267		2.907.649		2.907.649
	4					145.382						2.762.267		2.907.649		2.907.649
POSIÇÕES NO FIM DE 2021	1+2+3+4	44.000.000	0	0	0	694.814	0	0	0	0	-1.806.655	-19.388.330	2.525.293	26.025.122		26.025.122

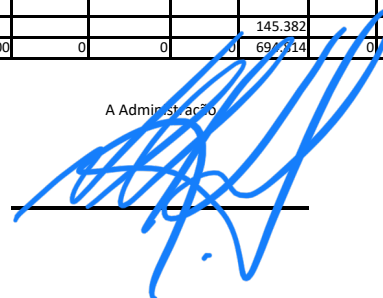
O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

Karune Helena Dias Lopes





ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2020 e 31 de DEZEMBRO de 2020

U = CVE

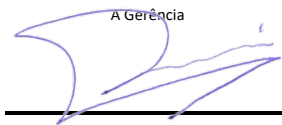
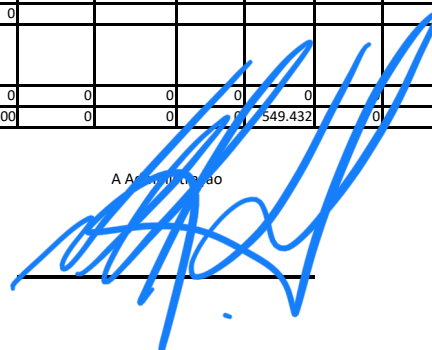
DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações suplementares e outros instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Translatados	Resultado Líquido do Período			Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DE 2020	1	44.000.000				549.432					-1.806.655	-19.152.047		23.590.730		23.590.730
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO																
Resultado líquido do período													2.907.649	2.907.649		2.907.649
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
RESULTADOS EXTENSIVO	2	0											2.907.649	2.907.649		2.907.649
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações com detentores de capital																
OUTRAS OPERAÇÕES	3	0														0
Distribuição Resultados 2019												-2.998.550		-2.998.550		0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2.998.550	0	-2.998.550		-2.998.550	
POSIÇÕES NO FIM DE 2020	1+2+3+4	44.000.000	0	0	0	549.432	0	0	0	0	-1.806.655	-22.150.597	2.907.649	23.499.829		23.499.829

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

Karune Helena Dias Lopes

ANEXO

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

Referente a 2021, período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021

1. Nota Introdutória

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A., encontra-se inscrita na Direção Geral das Contribuições e Impostos sob o NIF 251873846. Tem a sua sede em Lombinha de Água Doce, Porto Novo, Ilha de Santo Antão. A sua atividade é de produção, distribuição e comercialização de água potável.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato Financeiro (NRF) integrados no Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) adotados em Cabo Verde.

As NRF correspondem, genericamente, às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), transpostos para o Ordenamento Nacional pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 5 de Fevereiro.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos/princípios contabilísticos definidos no SNCRF e demais legislação cabo-verdiana. Foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos e em conformidade com os pressupostos

contabilísticos da continuidade, regime do acréscimo, da consistência, da materialidade e agregação, da prudência e da substância sobre a forma já referenciados no ponto anterior.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da **ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.**, são apresentadas em CVE (Escudos Cabo-verdianos). O CVE é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. À data de balanço, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício.

3.1.1. Fluxos de Caixa

O saldo da caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que se encontram totalmente disponíveis para uso e totalizam o valor de 881.839 ECV.

Estes ativos são mensurados ao justo valor com alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelos seus custos deduzidos de depreciação e perdas por imparidades acumuladas. Os referidos custos compreendem: o preço de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e todas as despesas directamente imputáveis à sua aquisição acrescidos de todos os encargos suportados com a colocação do activo na localização e condição necessária ao seu pleno funcionamento conforme pretendida pela empresa. Contudo, por decisão da gestão, os gastos de financiamento inerentes aos activos em curso são reconhecidos como gastos dos exercícios nos respetivos exercícios incorridos.

Os gastos subsequentes inerentes às grandes reparações que poderão representar um aumento da capacidade produtiva ou aumento da vida útil do bem, são reconhecidos na quantia escriturada do activo. Da mesma forma que gastos referentes a custos de manutenção e reparação diária/corrente e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício.

As depreciações são calculadas numa base sistemática, pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada do bem, com base nas taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da

Portaria n.º 3/84, de 28 de janeiro, para os bens adquiridos até 2014 e com base nas taxas da tabela anexa a Portaria n.º 42/15, de 24 de agosto, para os bens adquiridos a partir de 2015 e são registadas como gastos do exercício.

Os terrenos não são depreciados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.2.1. Os movimentos ocorridos no exercício de 2021 dos activos fixos tangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Activos Fixos tangíveis:						
Terrenos e recurso naturais	4 400 000					4 400 000
Edifícios e outras construções	85 653 347					85 653 347
Equipamento básico	173 845 561	17 415 391				191 260 952
Equipamento transporte	349 100	3 028 969	-349 100			3 028 969
Equipamento administrativo	1 350 155					1 350 155
Outros activos fixos tangíveis	2 087 148					2 087 148
Activos Fixos tangíveis em curso	15 269 171	2 146 220		-17 415 391		0
Total	282 954 482	22 590 580	-349 100	-17 415 391	0	287 780 571

3.2.2. Os movimentos ocorridos no exercício de 2021 no valor de gasto com depreciações dos ativos fixos tangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Ativos Fixos tangíveis:						

Edifícios e outras construções	45 767 957	3 519 273				49 287 230
Equipamento básico	151 152 019	11 242 337				162 394 356
Equipamento transporte	349 100	360 447	-349 100			360 447
Equipamento administrativo	1 036 905	62 610				1 099 515
Outros activos fixos tangíveis	849 214	345 038				1 194 252
Total	199 155 195	15 529 705	-349 100	0	0	214 335 800

3.3. Ativos intangíveis

(a) A empresa **ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.** não detém ativos intangíveis.

3.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a entrada em vigor do Código de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovada na publicação da Lei nº82/VIII/2015, a taxa de imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei, entretanto alterada para 22%. O apuramento do lucro colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, é definido com base no somatório do Resultado Líquido do período e das variações positivas e negativas ocorridas no mesmo período e que não foram reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidas nos termos do CIRPC. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo 59º do CIRPC, a partir 2015, os prejuízos apurados em determinado período da tributação são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os de um a mais de sete períodos de tributação. Contudo a dedução não pode exceder o montante correspondente a 50% do respectivo lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NRF 22 – Impostos sobre rendimentos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado. No cálculo do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor a data do balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para o futuro.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os respectivos são prestados.

O rédito da APN consubstancia-se na venda de água potável, a qual é produzida única e exclusivamente para o cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo, conforme contrato assinado a 01 de julho de 2008.

4. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.819.928	1.631.198
Produtos acabados	309.169	305.075
Obras em curso	-	-
	<u>2.129.097</u>	<u>1.936.273</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u><u>2.129.097</u></u>	<u><u>1.936.273</u></u>

A rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” corresponde ao stock de Gasóleo necessário à produção de energia, bem como a materiais e acessórios de manutenção e conservação da maquinaria.

A rubrica “*Produtos acabados*” agrega a água potável remanescente nos depósitos a 31/12/2021.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”.

5. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
SAAS CMPN		218.100.391		182.850.009
Outros Clientes	-	161.307	-	161.307
	0	218.261.698	0	183.011.316
Perdas p/ imparidades acumuladas – outros		-161.307	-	-161.307
	0	218.100.391	0	182.850.009

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Clientes Gerais	Grupo/Relacionado	Clientes Gerais	Grupo/Relacionado
Clientes				
Clientes conta corrente	218.100.391	-	182.850.009	-
	218.100.391	0	182.850.009	0

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

<u>Perdas por Imparidade</u>	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Saldo a 1 de Janeiro	161.307	161.307
Aumento	0	0
Reversão	0	0
Regularização	0	0
	<u>161.307</u>	<u>161.307</u>

6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

<u>Estado e outros entes públicas</u>	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Activo		
Retenção na Fonte (IUR) e pag.p/conta	0	63.032

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.675.491	1.675.491
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>1.675.491</u>	<u>1.738.523</u>
Passivo		
Imposto s/rendimento pessoas colectivas (IRPC)	382.475	397.295
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	381.684	270.901
IRPS Retido	38.677	17.863
INPS	85.435	77.479
Outros impostos e taxas	502.119	480.909
	<u>1.390.390</u>	<u>1.244.447</u>

7. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	0	-	0
Outros	-	0	-	1.811.973
	-	0	-	1.811.973
Perdas por imparidades acumuladas	-	0	-	-1.759.753
	-	0	-	52.220

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica "Diferimentos", do ativo e do passivo, eram os seguintes:

Diferimentos

	31-Dez-21	31-Dez-20
Diferimentos (Ativo)		
Valores a facturar - Fornecedores C/C Serviços	-	-
Seguros pagos antecipadamente	42.205	42.207
Cauções aluguer e outros	-	-
Comissões e outros custos financeiros pagos antecipadamente	-	-
	<u>42.205</u>	<u>42.207</u>
Diferimentos (Passivo)		
Juros Financiamento BCN	117.375	54.808
Valores a facturar	2.953.003	676.104
Juros Financiamento DGT	9.085.254	7.638.162
Juros Empréstimo Suprimentos APP a APN	5.321.141	4.544.833

Subsídio para Investimento _UNIDO	2.523.896	-
	<u>20.000.669</u>	<u>12.913.907</u>

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Caixa	201.536	176.180
Depósito á ordem	<u>680.303</u>	<u>1.250.194</u>
	<u>881.839</u>	<u>1.426.374</u>

10. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 22.000 ações com o valor nominal de 2.000\$00 cada.

Identificação de pessoas coletivas detentoras do capital

As pessoas coletivas, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2021, eram as seguintes:

	<u>% Capital</u>	<u>Valor (ECV)</u>
Águas de Ponta Preta, Lda	80	35.200.000
Câmara Municipal de Porto Novo	10	4.400.000
Estado de Cabo Verde	<u>10</u>	<u>4.400.000</u>
	<u>100</u>	<u>44.000.000</u>

11. Rubricas do Capital Próprio: Reservas e outras

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de abril de 2021, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foi decidido que o resultado líquido positivo no valor 2.907.649 ECV seria distribuído da seguinte forma:

- 145.382 destinado a Reservas Legais;
- o remanescente, 2.762.267 ECV, a Resultados Transitados.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Contrato Suprimentos APP a APN (i)	51.045.127	-	51.045.127	-
Financiamento DGT (ii)	96.472.720	-	96.472.720	-
Créditos Rendas BCN – 17.200.000 (iii)	-	-	-	2.244.713
Créditos Rendas BCN – 8.000.000 (iv)	2.585.228	2.043.323	4.628.551	1.896.120
Créditos Rendas BCN – 13.000.000 (v)	9.395.860	2.325.666	-	-
Créditos Rendas BCN – 2.608.696 (vi)	1.674.271	603.807	-	-
	161.173.206	4.972.796	152.146.398	4.140.833

(i) Financiamento, sob a forma de contrato de Suprimentos, assinado em março 2015, no valor de 51.545.127 ECV decorrente de empréstimos de APP a APN, que foram utilizados na compra de materiais e equipamentos para operacionalização dos serviços, que inclui igualmente os juros que incidem sobre o empréstimo até a presente data. O plano da dívida tem maturidade de 4 anos, incorporando prestações mensais a uma taxa de juro anual de 1,5%, com data de vencimento a 5 de maio 2018. Contudo, desde 2015, dada a precariedade contínua da tesouraria, não foi possível liquidar nenhuma prestação.

(ii) Em 2013, a APN era devedora ao Estado, através da DGT, na sequência de empréstimos e do aval prestado na operação de crédito contraída junto à entidade financeira “La Caixa” em novembro 2007, a qual foi executada em 30/04/2012 pela Compañia Española de Credito a la Exportacion (CESCE), enquanto organismo governamental representante dos seguros de Crédito á exportação no país de origem da entidade financeira “La Caixa”.

Em 2014 formalizaram-se as condições, relativos a taxa de juros e o período de amortização do capital financiado, agregando todas as dívidas de APN, inerentes a operação de crédito acima referida, num único Acordo de Empréstimo formalizado entre o Governo de Cabo Verde e a APN, ascendendo o valor total contratado a 167.368.427 ECV, vencendo juros a uma taxa anual de 1,5%, com um plano de dívida de 5 anos, equivalente a 67 prestações mensais. Todavia, no final do Exercício Económico de 2014, a Empresa apresentava um saldo de IVA a recuperar no montante de 16.754.909 ECV, para o qual foi solicitada a compensação/pagamentos das dívidas recíprocas existentes entre a APN e o Ministério das Finanças e do Planeamento. Em agosto de 2015 foi assinado um Memorando de Entendimento para os devidos efeitos, conforme indicado no quadro abaixo:

Reembolso IVA: **16.754.909 CVE**
 Compensação IVA
 /DGT: **15.079.418 CVE** →(90% IVA)

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a	Capital

				Liquidar	pendente
20-09-2014	2.656.642 CVE	199.248 CVE	2.855.890 CVE	2.855.890 CVE	0 CVE
20-10-2014	2.656.642 CVE	195.927 CVE	2.852.569 CVE	2.852.569 CVE	0 CVE
20-11-2014	2.656.642 CVE	192.607 CVE	2.849.249 CVE	2.849.249 CVE	0 CVE
20-12-2014	2.656.642 CVE	189.286 CVE	2.845.928 CVE	2.845.928 CVE	0 CVE
20-01-2015	2.656.642 CVE	185.965 CVE	2.842.607 CVE	2.842.607 CVE	0 CVE
20-02-2015	650.531 CVE	182.644 CVE	2.839.286 CVE	833.175 CVE	2.006.111 CVE
Total	13.933.741 CVE	1.145.677 CVE	17.085.529 CVE	15.079.418 CVE	-

Deste modo, a 30 de dezembro 2015, procedeu-se à assinatura da adenda do Contrato do Empréstimo, nos termos do Memorando de Entendimento de Compensação assinado em agosto 2015, amortizando prestações correspondentes a 15.079.418 ECV, passando o valor, após a entrada do em vigor do referido acordo, a ser actualizado para o montante de 145.464.760 ECV.

Em 2016, na sequência de uma reunião, realizado por um comité constituído pelos representantes do Governo, nomeadamente pela MTIDE e MFP, pela ARE e ANAS, pela CMPN e pela APN, referente á Sustentabilidade do Abastecimento de água potável da cidade de Porto Novo, em Santo Antão foi proposto um encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), com intuito de reduzir o financiamento DGT a APN e a dívida da SAAS – CMPN a APN. Neste contexto e no aguardo do desfecho do processo acima referido não se procedeu a amortização de nenhuma prestação ao longo do ano 2016.

A 29 de dezembro de 2017, finalmente, conclui-se o processo de Encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), procedendo a redução da dívida da SAAS – CMPN a APN no valor de 51.878.972 e á amortização, no mesmo montante, do capital em dívida referente ao financiamento DGT a APN, liquidando as prestações vencidas de acordo com o quadro abaixo discriminado:

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a Liquidar	Capital pendente
20-03-2015	2.656.642 CVE	181.831 CVE	2.838.473 CVE	2.838.473 CVE	0 CVE
20-04-2015	2.656.642 CVE	178.510 CVE	2.835.152 CVE	2.835.152 CVE	0 CVE
20-05-2015	2.656.642 CVE	175.189 CVE	2.831.831 CVE	2.831.831 CVE	0 CVE
20-06-2015	2.656.642 CVE	171.869 CVE	2.828.511 CVE	2.828.511 CVE	0 CVE
20-07-2015	2.656.642 CVE	168.548 CVE	2.825.190 CVE	2.825.190 CVE	0 CVE
20-08-2015	2.656.642 CVE	165.227 CVE	2.821.869 CVE	2.821.869 CVE	0 CVE
20-09-2015	2.656.642 CVE	161.906 CVE	2.818.548 CVE	2.818.548 CVE	0 CVE
20-10-2015	2.656.642 CVE	158.585 CVE	2.815.227 CVE	2.815.227 CVE	0 CVE
20-11-2015	2.656.642 CVE	155.265 CVE	2.811.907 CVE	2.811.907 CVE	0 CVE
20-12-2015	2.656.642 CVE	151.944 CVE	2.808.586 CVE	2.808.586 CVE	0 CVE
20-01-2016	2.656.642 CVE	148.623 CVE	2.805.265 CVE	2.805.265 CVE	0 CVE
20-02-2016	2.656.642 CVE	145.302 CVE	2.801.944 CVE	2.801.944 CVE	0 CVE
20-03-2016	2.656.642 CVE	141.981 CVE	2.798.623 CVE	2.798.623 CVE	0 CVE
20-04-2016	2.656.642 CVE	138.661 CVE	2.795.303 CVE	2.795.303 CVE	0 CVE
20-05-2016	2.656.642 CVE	135.340 CVE	2.791.982 CVE	2.791.982 CVE	0 CVE
20-06-2016	2.656.642 CVE	132.019 CVE	2.788.661 CVE	2.788.661 CVE	0 CVE

20-07-2016	2.656.642 CVE	128.698 CVE	2.785.340 CVE	2.785.340 CVE	0 CVE
20-08-2016	2.656.642 CVE	125.377 CVE	2.782.019 CVE	2.782.019 CVE	0 CVE
20-09-2016	1.172.485 CVE	122.057 CVE	2.778.699 CVE	1.294.542 CVE	1.484.157 CVE
Total	48.992.041 CVE	2.886.931 CVE	53.363.129 CVE	51.878.972 CVE	1.484.157 CVE

(iii) Financiamento contraído em 17 de outubro 2017, juntamente ao BCN sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a liquidação da Conta Caucionada do BCA, contratada em 2008. O montante do empréstimo contratado ascendeu 17.200.000 ECV, com uma maturidade de 3,5 anos, correspondente a 43 rendas mensais, no valor de 457.396 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(iv) Financiamento contraído em 06 de fevereiro 2020, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição e construção do posto de transformação de média tensão. O montante do empréstimo contratado ascendeu 8.000.000 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 193.431 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(v) Financiamento contraído em 06 de maio 2021, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi o apoio á tesouraria, para efeitos de liquidação de dívidas perante terceiros. O montante do empréstimo contratado ascendeu 13.000.000 ECV, com uma maturidade de 5 anos, correspondente a 60 rendas mensais, no valor de 260.493 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(vi) Financiamento contraído em 04 de maio 2021, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição de uma viatura. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.608.696 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 63.686 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 8%.

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	<u>Saldo 31/12/2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025 e seguintes</u>
Cedito Rendas BCN 8.000.000	4 628 551	2 043 323	2 585 228	0	0
Cedito Rendas BCN 13.000.000	11 721 526	2 325 666	2 506 215	2 700 780	4 188 865
Cedito Rendas - Auto BCN 2.608.696	2 278 078	603 807	653 922	708 198	312 151
Contrato suprimentos APP a APN	51 045 127	17 751 264	17 751 264	15 542 599	0
Financiamento DGT	96 472 720	74 385 978	22 086 742	0	0
	166 146 002	95 066 715	42 998 143	18 951 577	4 501 016

14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-21</u>		<u>31-Dez-20</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
APP – Águas de Ponta Preta, Lda.	34.668.327	-	33.321.649	-

Cassa Aíguas	-	0	-	4.108.808
Outras contas a pagar	-	124.396	-	1.996.148
	34.668.327	124.396	33.321.649	6.104.956

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-2021	31-Dez-2020
Fornecedores Conta Corrente:		
Enacol	0	0
Electra S.A.	15 843 088	7 607 290
ANAS	2 257 165	638 335
Águas de Ponta Preta	26 139 455	24 623 666
Cassa Aíguas I Depuracio	636 631	636 631
Outros fornecedores (<.500.000)	3 042 549	4 966 952
Total	47 918 888	38 472 874

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Gerais	Grupo/Relacionado	Gerais	Grupo/Relacionado
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	21.779.433	(i) 26.139.455	13.849.208	(i) 24.623.666
	21.779.433	26.139.455	13.849.208	24.623.666

- (i) A variação na conta corrente de fornecedores, relativos a rubrica Grupo/Relacionados, deveu-se ao fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de reparação imprescindíveis para a manutenção e continuidade da operacionalização da IDAM.

16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios de 2021 e de 2020 foram como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	54.348.157	-	54.348.157	51.734.544	-	51.734.544
Prestação de serviço	0	-	0	0	-	0
	54.348.157	0	54.348.157	51.734.544	0	51.734.544

A água potável produzida, destina-se, única e exclusivamente, ao cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo, conforme contrato assinado a 01 de julho de 2008.

17. Variação nos inventários da produção

A demonstração da variação da produção, decorrente do armazenamento da água potável, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é como segue:

	31-Dez-21			31-ez-20		
	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total
Saldo a 1 de Janeiro	-	305.075	305.075	-	258.572	258.572
Regularizações	-	-	0	-	-	0
Varição na produção	-	4.094	4.094	-	46.503	46.503
Saldo a 31 de Dezembro	0	309.169	309.169	0	305.075	305.075

18. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é detalhado como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Mat.prim,Subsi. e consumo	Subcontratos relacionados c/produção	Total	Mat.primas, Subsid. e consumo	Subcontratos relacionados c/produção	Total
Saldo a 1 de Janeiro	1.631.198	-	1.631.198	1.701.791	-	1.701.791
Regularizações	0	-	0	0	-	0
Compras	2.047.335	17.825.132	19.872.467	1.536.915	18.692.490	20.229.405
Saldo a 31 de Dezembro	1.819.928	-	1.819.928	1.631.198	-	1.631.198
Custo das Vendas	1.858.605	17.825.132	19.683.737	1.607.508	18.692.490	20.299.998

Esta conta engloba o custo das matérias consumidas na produção da água potável, nomeadamente gasóleo e lubrificantes, a subcontratação do fornecimento de energia eléctrica á Electra, S.A. e as mercadorias utilizadas na manutenção diária da actividade produtiva.

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

FSE		31/dez/21	31/dez/20	Var %	
				Peso %	21/20
Combustíveis e outros fluidos		145 685	315 418	2,08%	-53,81%
Conservação e reparação	(i)	1 021 324	330 640	14,61%	208,89%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		261	0	0,00%	-
Material de escritório		17 472	0	0,25%	-
Publicidade e propaganda		193 012	496 685	2,76%	-61,14%
Livro e documentação técnica		0	0	0,00%	-
Limpeza, higiene e conforto		177 829	136 829	2,54%	29,96%
Despesa de Representação		0	20 000	0,00%	-100,00%
Rendas e alugueres		0	0	0,00%	-
Conservação e reparação	(ii)	253 714	309 913	3,63%	-18,13%
Comunicação		348 560	296 397	4,99%	17,60%
Seguros		703 267	582 236	10,06%	20,79%
Vigilância e segurança		0	0	0,00%	-
Transporte de inventário		292 644	0	4,19%	-
Deslocações e estadas		310 832	370 778	4,45%	-16,17%
Contencioso e notariado		53 200	22 850	0,76%	132,82%
Serviços bancários		84 815	103 621	1,21%	-18,15%
Trabalho Especializado	(iii)	2 709 294	1 122 772	38,75%	141,30%
Artigos para oferta		0	0	0,00%	-
Outros fornecimentos e serviços	(iv)	679 977	317 733	9,73%	114,01%
		6 991 886	4 425 872	100%	57,98%

(i) Materiais de Conservação e (ii) Conservação e reparação – gastos relativos a manutenção corrente do equipamento básico, nomeadamente das 2 IDAM;

(iii) Trabalhos especializados – incluem essencialmente os serviços de auditoria financeira, os serviços de gestão e administração técnica e financeiras fornecidas pela APP, e assessorias jurídicas e outras;

(iv) Outros Fornecimentos e Serviços – incluem essencialmente produtos químicos e análises laboratoriais para produção água de potável, e outros fornecimentos e serviços externos.

20. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

<u>Custos c/Pessoal</u>	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	2.606.599	2.617.198
Encargos sobre remunerações	596.428	579.399
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	35.772	35.772
Gastos Ação social	0	0

Outros gastos com pessoal	1.230.652	1.024.065
	<u>4.469.451</u>	<u>4.256.434</u>

O número médio de empregados no exercício de 2021 foi de 6 e no exercício de 2020 foi de 6.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

Outros gastos e perdas	31-Dez-21	31-Dez-20
Impostos	(i) 444.055	(ii) 390.207
Out. Gastos e perdas (Donativos)	0	19.951
Out. Gastos e perdas (Multas Fiscais)	126.196	0
	<u>570.251</u>	<u>410.158</u>

- (i) A rubrica "Impostos" em 2021, inclui gastos com imposto de selo incidente sobre os juros dos vários financiamentos contratados, bem como o IUP referente ao ano 2021, ascendendo a um total de 153.480 ECV e 290.575 ECV, respectivamente.

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios de 2021 e de 2020, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Juros e rend.similares obtidos		
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>0</u>	<u>0</u>
Juros e rend.similares suportados		
Juros suportados	(i) 4.359.188	(ii) 3.145.683
Resultado financeiro	<u>-4.359.188</u>	<u>-3.145.683</u>

- (i) Juros suportados – incorporam todos os gastos financeiros suportados com os financiamentos referenciados no ponto 23. *Financiamentos*, conforme quadro a seguir discriminado:

	31-Dez-2021	31-Dez-2020
Juros Suportados		
Financiamento DGT	1.447.092	1.447.092
Contrato suprimentos APP a APN	776.308	778.435
Crédito Rendas BCN 17.200.000 ECV	28.233	346.396
Crédito Rendas BCN 8.000.000 ECV	413.263	573.760
Crédito Rendas BCN 13.000.000 ECV	537.070	-

Crédito Rendas BCN 2.608.696 ECV	114.655	-
Comissões	1.042.567	-
Total	4.359.188	3.145.683

23. IMPOSTO DO EXERCÍCIO

De acordo com o ponto **3.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos** a taxa de imposto em vigor para o cálculo do imposto do exercício foi de 22%.

O cálculo do montante do imposto do exercício foi efectuado conforme segue, de acordo com CIRPC:

	2021	2020
Imposto s/Rendimento Corrente	0	0
Imposto s/Rendimento Diferido	0	0
Imposto S/rendimento	0	0
Resultado Antes de Imposto	2 907 768	3 304 944
Taxa Imposto	22,0%	22,0%
	0	0
Gastos não dedutíveis	569 278	306 826
Rendimentos Não Tributáveis	0	0
Dedução Prejuízos	-1 738 523	-1 805 885
Tributação autónoma	0	0
	-1 169 245	-1 499 059
Imposto s/rendimento Corrente	382 475	397 295
Imposto S/ rendimento diferido	0	0
Imposto s/Rendimento	382 475	397 295
Taxa Efectiva do imposto	13%	12%

È possível visualizar no quadro abaixo as especificidades dos gastos não aceite fiscalmente:

	2021	2020
Imparidade em dívidas de clientes não aceite ou para além dos limites legais	0	0
As multas, coimas e encargos pela prática de infracções, incluindo juros compensatórios	126 196	
Imposto Único sobre o Património	286 875	286 875
Acréscimos de 30% dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	0	0
As despesas não devidamente documentadas	156 207	
Donativos para além dos limites legais	0	19 951
	569 278	306 826

Efeito Fiscal (taxa 22%)

125 241 **67 502**

24. Partes Relacionadas

25.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

- **Acionista:** Águas de Ponta Preta, Lda. _ Empresa Mãe

25.2. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram efetuadas as seguintes transações com as partes relacionadas:

ANO 2021	TRANSAÇÕES								
	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Proveitos suplementares
Empresa-mãe	-	545 956	772 122	776 308	-	-	-	-	-
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0	545 956	772 122	776 308	0	0	0	0	0

ANO 2020	TRANSAÇÕES								
	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Proveitos suplementares
Empresa-mãe	-	-	467 727	778 435	-	-	-	-	-
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0	0	467 727	778 435	0	0	0	0	0

25.3. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

ANO 2021	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. Dívidas cob. duvidosa	Contas a receber liquidadas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
	Empresa-mãe	-	-	-	0	26 139 455	34 668 327
Subsidiárias	-	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	-	0	-	-	0
	0	0	0	0	26 139 455	34 668 327	60 807 782

ANO 2020

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. Dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquida	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe	-	-	-	0	24 623 666	33 321 649	57 945 315
Subsidiárias	-	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	-	0	-	-	0
	0	0	0	0	24 623 666	33 321 649	57 945 315

25.4. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa apresentava os seguintes saldos em empréstimos obtidos e concedidos:

ANO 2021

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe	-	51.045.127	51.045.127	-	-	0
Subsidiárias	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	0	-	-	0
	0	51.045.127	51.045.127	0	0	0

ANO 2020

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe	-	51.045.127	51.045.127	-	-	0
Subsidiárias	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	0	-	-	0
	0	51.045.127	51.045.127	0	0	0

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Fiscal Único

Os honorários faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo Fiscal Único relacionados com a auditoria das contas anuais ascenderam a 345.000 ECV.

Outros

Foram efetuadas todas as divulgações exigidas pela lei.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Presentemente, os efeitos e implicações do novo coronavírus (SARS-COV-2) são incertos, sendo a extensão do seu impacto impossível de avaliar, não obstante o processo de vacinação estar em decurso a nível mundial, prevê-se uma retoma gradual e de ritmo lento a nível mundial. Deste modo ainda não nos é possível quantificar os impactos da pandemia na performance financeira da APN, sendo, porém, que a continuidade da Empresa não se encontra em causa.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Foram prestadas todas as informações consideradas relevantes a melhor compreensão da posição financeiras e dos resultados da entidade.

Sal, 31 de março de 2022

O Técnico de Contas,



(Karine Helena Dias Lopes – Cédula OPACC n.º496)